



*Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio, SA*

***RELATORIO DE GESTÃO  
2016***

# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## INDICE

|   |    |
|---|----|
| RELATÓRIO DE GESTÃO .....   | 5  |
| ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....                                 | 19 |
| ANÁLISE HISTÓRICA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2016 .....  | 20 |
| Análise da evolução do ativo.....   | 20 |
| Ativos Acumulados.....  | 20 |
| Capital Próprio e passivo - 2012 a 2016 .....   | 21 |
| ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012 a 2016 .....                             | 22 |
| BALANÇO FUNCIONAL 2012 a 2016 .....   | 22 |
| Análise de desempenho económico - 2012 a 2016 .....   | 23 |
| Evolução do ativo líquido - 2014 a 2016 .....   | 24 |
| Evolução do passivo - 2014 a 2016 .....   | 25 |
| Evolução do património líquido - 2014 a 2016.....   | 25 |
| Evolução dos resultados líquidos - 2014 a 2016.....   | 26 |
| Evolução dos gastos operacionais fixos - 2014 a 2016 .....  | 26 |
| Evolução de recebimentos de clientes - 2014 a 2016.....   | 27 |
| Evolução da liquidez - 2014 a 2016 .....  | 27 |
| Evolução da autonomia financeira - 2014 a 2016 .....  | 28 |
| Recursos humanos .....  | 29 |
| Responsabilidade social .....   | 29 |
| Eventos importantes registados entre a data do encerramento e a data do relatório de gestão ..... | 30 |
| Perspectivas futuras - 2015 a 2018.....   | 30 |
| PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS 2012 e 2015.....  | 31 |
| RELATÓRIO DE CONTA 2016.....  | 32 |
| BALANÇO .....   | 33 |
| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....   | 34 |
| MAPA DE FLUXO DE CAIXA .....  | 35 |
| MAPA DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....  | 36 |

## *SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016*

|  |    |
|--|----|
| Introdução .....   | 37 |
| Nota 0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras..... | 37 |
| Nota 1 – Resumo das principais políticas contabilísticas adoptadas .....             | 37 |
| Nota 3 – Ativos Fixos Tangíveis .....  | 42 |
| Nota 4 – Propriedades de Investimentos.....  | 43 |
| Nota 5 – Ativos Intangíveis.....   | 44 |
| Nota 6 – Participações financeiras – método da equivalência patrimonial.....         | 44 |
| Nota 7 – Participações financeiras –Outros Métodos.....                              | 45 |
| NOTA 8 - Acionistas .....  | 45 |
| Nota 9 - Inventários.....  | 46 |
| Nota 10 – Clientes.....  | 46 |
| Nota 11 – Estado e Outros Entes Públicos.....  | 47 |
| Nota 12 – outras contas a receber.....   | 47 |
| Nota 13 – outros ativos financeiros.....   | 48 |
| Nota 14 – Caixa e bancos .....   | 49 |
| Nota 15 – Capital Próprio.....   | 49 |
| Nota 16 – Provisões para Processos Judiciais em Curso .....                          | 50 |
| Nota 17 – Financiamentos Obtidos.....  | 50 |
| Nota 18 – Adiantamentos de clientes.....   | 52 |
| Nota 19 – Outras Contas a Pagar .....  | 55 |
| NOTA 20 – Vendas e Prestações de serviços.....                                       | 57 |
| NOTA 21 - Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas .....                | 57 |
| Nota 22– Fornecimentos e Serviços Externos .....                                     | 57 |
| Nota 23 – Gastos com o Pessoal.....  | 58 |
| Nota 24 – Outros Rendimentos E Ganhos.....   | 58 |
| Nota 25 – Outros Gastos e Perdas.....  | 59 |
| Nota 27 – Juros e Perdas similares .....   | 59 |
| NOTA 28 – Imposto sobre rendimentos e impostos diferidos .....                       | 59 |

## *SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016*

|   |    |
|---|----|
| NOTA 29 – Resultado por Ação.....   | 59 |
| NOTA 30 - Garantias.....  | 60 |
| NOTA 31 – Partes Relacionadas.....  | 60 |
| NOTA 32 – Responsabilidades e Compromissos Financeiros não Incluídos no Balanço ..... | 60 |
| NOTA 33 – Divulgações exigidas por Diplomas Legais .....                              | 61 |
| Nota 34 – Acontecimentos Subsequentes .....   | 61 |

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, este novo Conselho de Administração eleito em 22 de Agosto de 2017, vem dar conhecimento aos acionistas e a terceiros os aspetos mais relevantes relacionados com a atividade da empresa no exercício económico de 2016, com base nas informações, da Administração cessante.

Senhores Acionistas,

2016 foi ano de consolidação de ganhos importantes em várias frentes, ganhos esses conseguidos no decorrer do mandato de gestão iniciado a Julho de 2014, nos domínios do investimento (com arranque das obras de novos empreendimentos turísticos e o investimento da SDTIBM na AEB), da promoção externa, do planeamento, das parcerias institucionais e com o sector privado, e da ação social, tudo tendo em vista o alargar do leque de oportunidades de desenvolvimento económico e social das ilhas de Boa Vista e Maio.

Se em 2015 havia razões para otimismo quanto ao futuro da SDTIBM, hoje podemos afirmar, sem sombra de dúvida que a empresa se encontra perante uma conjuntura favorável sem precedentes na sua breve história, conforme demonstram o aumento significativo da procura por terrenos infraestruturados para construção de empreendimentos turísticos, o crescente interesse de grandes marcas internacionais (e.g. Hilton, e marcas mais qualificadas do Grupo Tui, como a Riu Palace ou Robinson Club) e o reinvestimento de operadores já bem estabelecidos no destino Boa Vista, com a expansão do hotel Riu Touareg e a programação de investimentos adicionais do Grupo Tui.

Se esta conjuntura favorável significa maiores oportunidades de desenvolvimento para as ilhas de Boa Vista e Maio, tendo o turismo como motor e catalisador, determinante será não perder de vista que, não obstante os ganhos conseguidos serem consideráveis, o sucesso da hotelaria e do turismo na **Boa Vista** está ainda longe se ser garantido e o despontar do turismo no **Maio** continua a ser adiado pela falta de alocação dos recursos mínimos necessários à resolução de constrangimentos há muito claramente identificados. Assim, torna-se imperativo e urgente adaptar todo o aparelho e parte suficiente do orçamento do Estado (e por extensão das empresas de capital público como a SDTIBM, a AEB, a ASA ou a ENAPOR) aos desafios atuais e previsíveis a curto e médio prazos, e promover parcerias com o setor privado nacional e estrangeiro, nos vários setores económicos (das finanças à produção de bens e serviços), tendo em vista o melhor aproveitamento das oportunidades que hoje se apresentam. A conjuntura que hoje é favorável poderá não o ser amanhã, pelo que um conjunto de decisões importantes não poderão continuar a ser adiadas, tendo em conta a necessidade premente de fazer elevar o desenvolvimento socioeconómico destas duas ilhas a patamares superiores, compatíveis com as justas expectativas das populações, de melhoria das suas condições de vida e oportunidades. Torna-se, portanto, crítico promover, a todos os níveis, posturas de maior objetividade e pragmatismo, sem a qual o potencial existente dificilmente poderá ser realizado e sustentado.

## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

A tesouraria da empresa manteve-se suficientemente saudável, se não a nível ideal, em 2016, permitindo à empresa honrar todos os seus compromissos financeiros e contribuir significativamente para a realização de estudos, projetos e obras estruturantes para a ilhas da Boa Vista e Maio, entre os quais se destacam a elaboração de vários instrumentos de planeamento, obras de requalificação urbana, investimentos significativos na produção de água e energia na Boa Vista (avertendo um quadro de crise que se desenhava) e iniciativas estratégicas de promoção externa visando a captação do investimento externo, com resultados palpáveis.

O ambiente de trabalho e o engajamento dos colaboradores na vida da empresa permaneceram bons, não obstante as poucas reivindicações relacionadas com o enquadramento na grelha salarial atualizada que foram sendo apresentadas à administração ao longo do ano. Condicionada que esteve pelas orientações dos acionistas (contenção de custos e tetos salariais), a administração da SDTIBM não pôde satisfazer por inteiro as reivindicações mais justas, com efeito prejudicial na motivação de alguns colaboradores, e nem reforçar o seu quadro de colaboradores, e a sua qualificação, de acordo com as necessidades mais urgentes e visão estratégica da empresa.

O Conselho de Administração entende ser imperativo a continuação do esforço de consolidação e melhoria do ambiente de trabalho, e da valorização do Capital Humano da SDTIBM, este último claramente estabelecido como um dos pilares fundamentais da estratégia que a empresa adotou em 2014 por unanimidade dos seus administradores e acionistas. Será necessário investir mais neste domínio, mas sempre de forma muito seletiva, na qualificação técnica e profissional dos colaboradores, de forma a melhor prepará-los para exercer as suas funções num quadro de maior rigor e exigência, que se vai desenhando à medida em que os destinos Boa Vista e Maio se vão desenvolvendo e os negócios da SDTIBM vão adquirindo maior importância e complexidade.

O trabalho de alargamento e consolidação de relações de confiança com investidores e parceiros prosseguiu em 2016, apesar das condicionantes relacionadas com o ambiente de negócios (e.g. persistente incapacidade de fazer avançar a construção de infraestruturas básicas, alguma perceção de instabilidade no regime fiscal e quadro regulamentar) e o incumprimento de compromissos financeiros previamente assumidos por importantes clientes da SDTIBM, que condicionaram a sua capacidade de autofinanciamento e a execução do seu plano de investimentos, bem como o adiamento de alguns projetos importantes, como adiante se verá no presente relatório.

Testemunhos da relação de confiança que a SDTIBM conseguiu manter e desenvolver com os seus principais parceiros, nomeadamente a nível da banca, são, entre outros facilmente comprováveis: (i) a prontidão com que boa parte das necessidades de financiamento da SDTIBM foram sendo supridas ao longo de 2016; (ii) a engenharia financeira que foi possível montar para realização de uma das mais importantes e estrategicamente significativas

## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

transações da história da SDTIBM – a aquisição de 60% do capital acionista da AEB – que vinha sendo adiada há largos anos mas viria a ser concluída já em 2017.

A atuação da SDTIBM continuou a ser pautada pelo seu Mapa Estratégico, tendo 2016 sido ano de significativo avanço ou conclusão de projetos importantes, como o planeamento e regulamentação da utilização da orla costeira da Boa Vista (Santa Mónica, Chave e Sal-Rei), planeamento de redes de infraestruturas urbanas, etc. 2016 foi ainda ano de viragem na orientação estratégica da empresa, passando esta a alargar a sua atuação para além dos limites das ZDTI, sem no entanto chocar com as atribuições reservadas ao poder local.

Pode dizer-se com segurança que a SDTIBM deu os primeiros passos na direção de se transformar numa sociedade de desenvolvimento regional, e não meramente uma sociedade de desenvolvimento turístico, com enfoque nas ZDTI de duas das dez ilhas que constituem o território nacional. O conhecimento, o *know how* e a experiência prática acumulados pela SDTIBM é um ativo nacional de inestimável valor, que incumbe aos decisores políticos potenciar e projetar para além da Boa Vista e do Maio.

As negociações tendo em vista a entrada da SDTIBM na estrutura acionista da empresa Água e Energia da Boa Vista (AEB) foram concluídas no primeiro trimestre de 2016, tendo a Sociedade passado à condição de acionista maioritário, com 60% do capital social da AEB, a 1 de Abril de 2016.

De imediato, a liderança da SDTIBM produziu poupanças e um muito melhor alinhamento estratégico da AEB com o processo de desenvolvimento da Boa Vista, numa experiência-piloto que se pretende oportunamente estender à ilha do Maio.

Se antes a AEB privilegiava os negócios que tinha ou procurava desenvolver com a hotelaria e, em certa medida, em detrimento das populações das várias localidades da ilha, a acionista SDTIBM estabeleceu uma perspetiva de atuação mais inclusiva. Reforçou os investimentos de forma a melhor continuar a servir a hotelaria e fazer face ao aumento da procura (reconhecendo a importância crítica da mesma para a economia local), mas também reconheceu como prioridade de pelo menos igual monta o melhor abastecimento de água, energia e saneamento às populações residentes. Assim, a cobertura de abastecimento aos hotéis passou para 100%, enquanto que as populações viram melhorados o tempo de espera das ligações domiciliárias, a iluminação pública, a qualidade dos serviços e do atendimento, e significativamente reduzidos os cortes no abastecimento de energia.

O arranque de alguns projetos estruturantes para a Boa Vista continuou a não ser possível em 2016. Contrariando todas as expectativas da SDTIBM (que se disponibilizou para financiar total ou parcialmente estes projetos, mas que requeria a aprovação do Governo para atuar fora dos confines das ZDTI) e dos vários *stakeholders* (investidores e populações), não foram reunidas as condições para o arranque das obras de construção do **troço 1 da via estruturante de acesso a Santa Mónica**, e da **via de acesso à Povoação Velha**, ambas por conta do Governo. O **projeto de requalificação do Largo de Santa Isabel e da Praia de Diante**, por conta do



Município da Boa Vista também não arrancou, tendo, no entanto, sofrido melhorias significativas, fruto de novos entendimentos e de novas orientações vindas do novo executivo municipal.

No tocante ao Maio, até finais de 2016, o recém-empossado Governo não havia definido ou divulgado as suas opções e projetos para o aeroporto, para o porto marítimo e para as acessibilidades do Maio, adiando a resolução de constrangimentos importantes que têm vindo a impedir novas e risonhas perspectivas de desenvolvimento da ilha do Maio.

A Administração agradece aos acionistas pela confiança depositada e pelas condições criadas e que permitiram desempenhar as funções num quadro de normalidade. Expressa a garantia da lealdade institucional e o compromisso de continuar a dar o máximo das nossas capacidades para o desenvolvimento turístico das Ilhas da Boa Vista e do Maio e para o reforço do prestígio e da projeção da SDTIBM.

### CONJUNTURA ECONÓMICA

#### CONTEXTO INTERNACIONAL

A estagnação do comércio internacional, a moderação no investimento e o aumento da incerteza quanto às políticas públicas nas economias desenvolvidas (e.g. Estados Unidos da América ou Reino Unido) e dos países em desenvolvimento levaram o Banco Mundial a considerar 2016 como um ano difícil para a economia mundial. Estima-se que o crescimento global no período seja de 2,3% (abaixo das previsões iniciais) - valor mais baixo no período pós-crise económica e financeira de 2009.<sup>1</sup>

As economias avançadas continuam a ser afetadas por baixas taxas de crescimento (1,6% em 2016) e baixa inflação, baixos níveis de investimento e um lento crescimento da produtividade.

O crescimento da economia norte-americana abrandou consideravelmente, de 2,6% em 2015 para 1,6% em 2016 (0,3% abaixo das últimas projeções), devido à fraca procura externa, excesso de stock de mercadorias e um abrandamento do investimento privado.

Segundo os mesmos dados preliminares, a Zona Euro, principal parceiro económico de Cabo Verde, cresceu a 1,6% em 2016, um abrandamento face aos 2% verificados em 2015, mas em linha com a média das economias avançadas e a taxa de crescimento dos EUA, e acima do Japão, onde o crescimento foi de apenas 1,0%. Isto deveu-se em parte à desaceleração da procura interna e das exportações.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> World Bank, Global Economic Prospects, January 2017

<sup>2</sup> World Bank Global Economic Perspectives, January 2017

As economias emergentes cresceram 3,4% no mesmo período, em linha com as expectativas. As economias exportadoras de *commodities* continuaram a crescer a um ritmo bastante inferior às importadoras de *commodities*.

As previsões do Banco Mundial apontam para um aumento do crescimento mundial em 2017 para 2,7%. Espera-se uma modesta melhoria no crescimento nos EUA (2,2% em 2017 e 2,1% em 2018), enquanto que a taxa de crescimento económico da Zona Euro deverá abrandar ligeiramente e estabilizar-se em torno dos 1,4–1,5% em 2017–2019. Este cenário de lento crescimento reforça a necessidade da implementação de medidas que estimulem a procura interna e o investimento.

Não obstante o voto favorável à saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) em Junho de 2016, a confiança na economia da Zona Euro continuou a crescer. Porém, um conjunto de fatores poderá afetar negativamente a região, incluindo a evolução da política comercial norte-americana mais ou menos protecionista que venha a ser implementada pela administração Trump, os resultados de eleições na Alemanha e na França, que podem comprometer o projeto europeu, o mercado comum ou o Euro, e o desempenho da banca europeia.

### TURISMO

A procura turística e os influxos de investimento beneficiaram de uma conjuntura externa favorável, não obstante a votação da saída do Reino Unido da União Europeia que resultou numa contenção do sentimento económico e nos mercados financeiros e cambiais.

Apesar das tensões geopolíticas, do terrorismo, e da volatilidade económica, o turismo tem demonstrado resiliência e os fluxos turísticos têm aumentado. Espera-se que a taxa média de crescimento anual do número de turistas (chegadas) nos próximos 10 anos se situe nos 4%.

A procura pelo turismo internacional manteve-se robusta em 2016, apesar de desafios consideráveis. As chegadas internacionais cresceram 3,9% durante o ano, atingindo um total de 1.235 milhões (mil, duzentos e trinta e cinco milhões). Traduzido este crescimento em número de turistas, foram cerca de 46 milhões de turistas a mais a viajar em 2016, comparativamente a 2015.<sup>3</sup>

2016 foi o sétimo ano consecutivo de crescimento do turismo, após a crise económica e financeira mundial de 2009, não havendo registo de um desempenho tão positivo desde a década de 1960. Assim, houve 300 milhões de turistas a mais em 2016 do que em 2008, ano em que foi estabelecido o *record* pré-crise.

Em termos regionais, a região Ásia e Pacífico (+8%) continuou a liderar o crescimento das chegadas em 2016, devido à forte procura dos mercados emissores intra e inter-regionais. Verificou-se uma forte recuperação em África (+8%) e manteve-se a tendência favorável nas Américas (+4%). A Europa (+2%) obteve resultados mistos, com o crescimento de dois dígitos

<sup>3</sup> UNWTO Tourism Barometer, Advance Release January 2017

de alguns destinos contrabalançado pelo crescimento negativo de outros. No Médio Oriente, os resultados positivos de alguns destinos foram completamente anulados pelo desempenho negativo de outros. Note-se que o crescimento em África foi liderado pela África Subsaariana (+11%), mas que a recuperação no Norte de África começou, com uma taxa de crescimento de 3%.

A tendência de recuperação do turismo no Norte de África é particularmente relevante para o mercado turístico Cabo-verdiano que nos últimos anos tem beneficiado de uma drástica quebra da procura por países como a Tunísia e o Egipto, motivada essencialmente por questões de segurança. À medida que a situação no Norte de África continue a estabilizar-se, e que as restrições de viagem impostas pelos mercados emissores mais importantes (e.g. Reino Unido) sejam levantadas, é natural que a procura por Cabo Verde sofra ajustamentos, tanto a nível da procura turística como a nível do investimento em empreendimentos turísticos, exigindo de Cabo Verde uma maior aposta na competitividade do seu destino.

A China manteve a sua posição como principal mercado emissor a nível mundial e registou um aumento na despesa de 19% e os EUA, segundo mercado emissor, registaram um aumento na despesa de 9% até Setembro. A Alemanha e o Reino Unido, 3º e 4º lugares na tabela, realizaram aumentos na despesa de 5% e 10%, respetivamente. O mercado emissor russo registou uma diminuição considerável na despesa.

### INVESTIMENTO

Os fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) atingiram o valor global de USD 1,52 trilhões em 2016, uma redução de 13% face a 2015, num contexto de crescimento da economia mundial e comércio internacional anémicos.

Nas economias desenvolvidas, o IDE sofreu uma redução de 9%, atingindo um volume estimado em USD 872 bilhões. O IDE na Europa situou-se nos EUR 385 bilhões (-29%), com alguns países da região a serem afligidos por uma forte volatilidade na entrada do IDE. Estes resultados foram moderados por um módico crescimento do IDE na América do Norte (+6%) e por um aumento expressivo do investimento noutras economias desenvolvidas, incluindo a Austrália e o Japão.<sup>4</sup>

Um abrandamento do crescimento global e a baixa dos preços das *commodities* tiveram impacto no IDE nas economias em desenvolvimento, que sofreu reduções de 20% no volume de investimento, para cerca de USD 600 bilhões, e de 44% em termos de valor das fusões e aquisições. Não obstante, as economias em desenvolvimento continuaram a representar metade dos dez maiores destinos do IDE em 2016.

Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED), o IDE nos Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento (PPID) situou-se nos USD 4,8 bilhões,

<sup>4</sup> UNCTAD Global Investment Trends Monitor nº25, February 2017



o valor mais baixo nos últimos cinco anos e um decréscimo de 32% face a 2015. As perspectivas de investimento nos PPID permanecem ténues.

## Investimento na Hotelaria

A nível mundial, a Jones Lang Lasalle (JLL) prevê um volume de investimentos na hotelaria de USD 60 bilhões em 2017 (cerca de 4% do total do IDE nos vários setores).

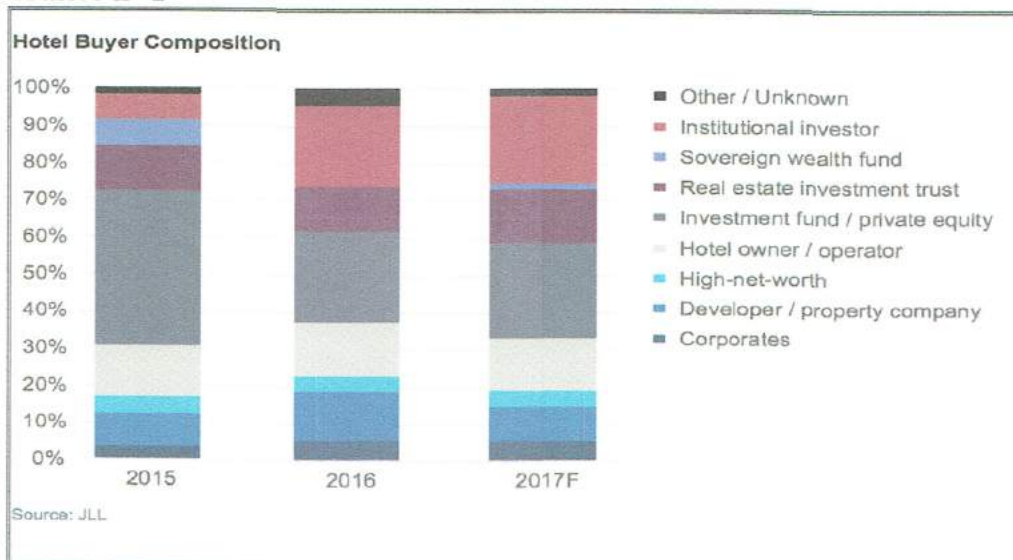
Na África Sub-Saariana (ASS), em particular, espera-se um volume de investimentos de USD 1,7 bilhões em 2017, e USD 1.9 bilhões em 2018. Os fundamentais do setor continuam a ser positivos na região, apesar dos desafios de curto prazo que tiveram impacto na hotelaria nos dois últimos anos.

O principal constrangimento, num contexto em que o capital abunda, continua a ser a dificuldade em encontrar projetos que atingem os retornos mínimos exigidos pelos investidores.

Prevê-se que melhorias na estabilidade política, económica, e das taxas de câmbio das moedas nacionais, resulte numa redução do risco associado ao investimento hoteleiro na região, o que por sua vez contribuirá para o aumento dos fluxos de capital.

Assistiu-se, em 2016, a grandes alterações na composição dos investidores mais ativos na hotelaria. As *private equities* (-40%) e fundos de investimento (-25%) tiveram menos protagonismo, enquanto que os investidores institucionais aumentaram significativamente a sua participação no investimento hoteleiro, atingindo 20% do total (quatro vezes mais do que em 2015). Em 2017, espera-se que os investidores institucionais continuem a representar grande parte do investimento, enquanto que as *private equities* poderão vir a recuperar terreno.

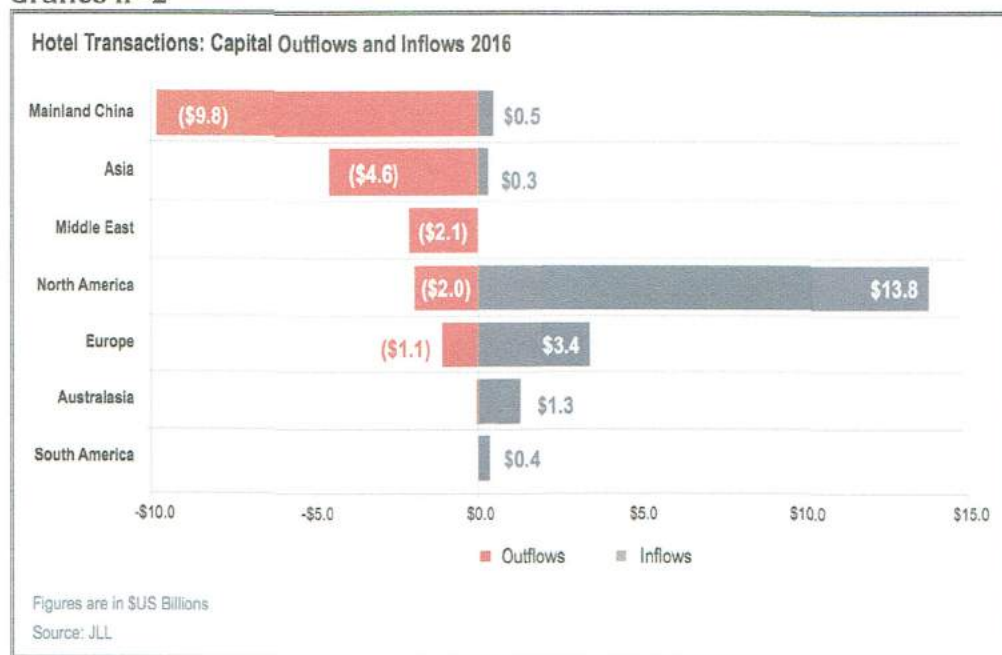
**Gráfico nº 1**



*Handwritten signature*

Em 2016, a América do Norte ultrapassou a Europa como maior destino do investimento hoteleiro, atraindo um total de USD 14 bilhões. A maioria do investimento proveio da China Continental e de outros países asiáticos, que continuaram a investir fortemente em ativos e carteiras de ativos nos mercados mais desenvolvidos.

**Gráfico nº 2**



## CONTEXTO NACIONAL

A melhoria da conjuntura económica internacional a partir de finais de 2014 começou a produzir impacto positivo na economia cabo-verdiana, particularmente no investimento direto estrangeiro, designadamente no setor da imobiliária turística, bem como na própria atividade turística, com sinais de retoma já em 2015.

A conjuntura externa continuará a determinar o comportamento da economia nacional nos próximos anos, mormente no setor do turismo e da imobiliária turística. Assim, o crescimento da economia dependerá da evolução da economia mundial, principalmente das economias pertencentes à Zona Euro. Conforme previsão do Governo, “...a economia nacional deverá crescer entre 3,5% e 4,5% no final deste ano”<sup>5</sup> de 2016.

O Banco de Cabo Verde aponta para um crescimento económico na ordem dos 2,5% a 3,5%<sup>6</sup> em 2016, ligeiramente abaixo da previsão dada pelo Orçamento Geral do Estado para esse mesmo ano (3% a 4%). O crescimento em 2015/16, acima dos 3%, será impulsionado pelo melhor desempenho do setor do turismo, pela retoma do crédito ao setor privado, pela maior contribuição da agricultura e da pesca, pelo aumento da produtividade e pela recuperação,

<sup>5</sup> Relatório Orçamento de Estado 2017, P. 20.

<sup>6</sup> Ibid, p.2.



## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

ainda que modesta, da economia na Zona Euro. O turismo, o IDE relacionado com o turismo e a construção continuam a ser os motores da economia.<sup>7</sup>

No seu Relatório sobre Indicadores Económicos & Financeiros de Agosto de 2016, o BCV constatou que *“...os indicadores quantitativos da procura agregada apontam para uma recuperação da procura interna no segundo e terceiro trimestres do ano. O comportamento mais favorável da procura interna traduz, em larga medida, o crescimento do investimento privado, num contexto de recuperação do investimento direto estrangeiro realizado em ações e outras participações de capital, bem como do crédito ao sector privado...”*

*O clima económico manteve, no segundo trimestre, o perfil ascendente iniciado no primeiro trimestre, devido à apreciação mais favorável, pelos empresários, da conjuntura nos sectores do turismo, do comércio e da construção. O indicador de confiança do consumidor também apresentou uma tendência de recuperação, reflexo da percepção da redução da inflação e do desemprego...*

*As condições internas de financiamento do setor privado tornaram-se algo menos restritivas até agosto, com a descida das taxas de juro ativas de todas as maturidades, com exceção das praticadas nos empréstimos com prazo entre 181 dias e um ano”<sup>8</sup>.*

O crédito interno registou uma variação de 1,1% em Junho de 2016 e foi o principal responsável pelo aumento dos ativos líquidos internos em 6,1%, comparativamente ao período homólogo do ano anterior. Essa variação é explicada, sobretudo, pela evolução do crédito à economia (+3,7% em termos homólogos), o que revela alguma melhoria na dinâmica do crédito ao sector privado, que aumentou 2,9%, sendo de -2,5% em Junho de 2015.

Perante um aumento das exportações de bens de 0,8% e da diminuição das importações de bens de 5,3%, as exportações de serviços cresceram 17,3% em Junho de 2016 face ao período homólogo anterior. As receitas relacionadas com as exportações dos serviços turísticos aumentaram em 6,74%, enquanto as importações de bens diminuíam em 5,3% e as importações de serviços aumentavam em 5,92%. Destaca-se ainda o aumento das transferências correntes privadas em 21,9% e do investimento direto estrangeiro em ações e outras (+43,4%), bem como o sector imobiliário, que atingiu o valor mais alto dos últimos três anos.

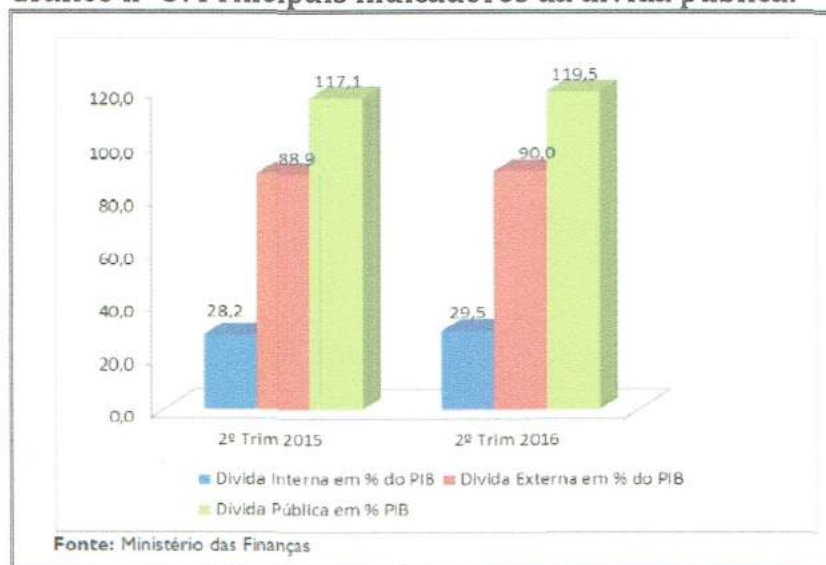
O stock da dívida pública, excluindo os TCMF (Títulos Consolidados de Mobilização Financeira), em termos acumulados, atingiu 205.564,9 milhões de CVE, sendo a dívida interna de 50.751,5 milhões de CVE (29,5% do PIB) e a dívida externa de 154.813,4 milhões de CVE (90,0% do PIB).

<sup>7</sup> AfDB, OECD, UNDP, African Economic Outlook, p. 2.

<sup>8</sup> Banco de Cabo Verde, Indicadores Económicos & Financeiros, Agosto de 2016, p. 1.



Gráfico nº 3: Principais indicadores da dívida pública.

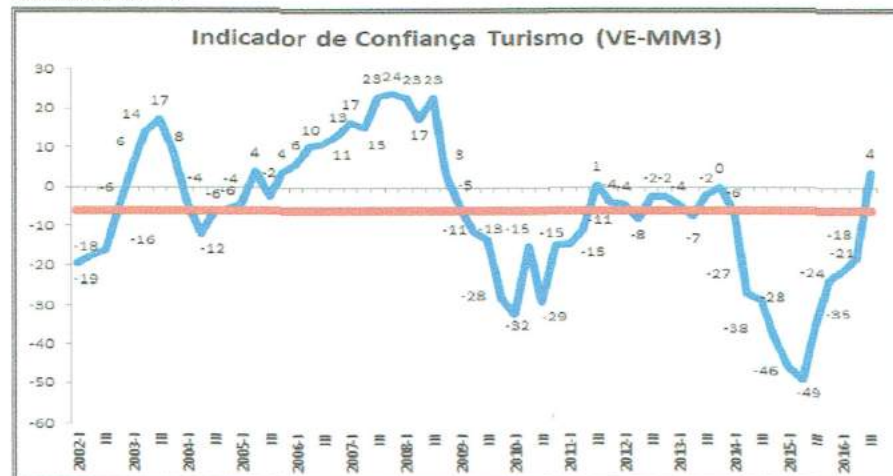


O Governo estima que “...o rácio da dívida pública/PIB poderá atingir 123,7%, em 2016, 6,4 p.p. acima do valor provisório registado em 2015. Em termos absolutos, prevê-se um crescimento de 12.824,5 milhões de CVE em relação a 2015. Para este crescimento, a dívida externa contribui em cerca de 62,2%”<sup>9</sup>.

O financiamento ao setor privado doméstico continua sendo um sério obstáculo aos investimentos, registando uma maior aversão dos bancos (que procuravam consolidar os seus balanços) aos riscos, contribuindo para o agravamento da situação financeira de muitas empresas e para a persistente deterioração da confiança dos empresários.

O Inquérito de Conjuntura aos operadores económicos, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) refere que a conjuntura económica era favorável e que o ritmo de crescimento continuou a acelerar no terceiro trimestre 2016, evoluindo positivamente face ao trimestre homólogo. No setor do turismo, a conjuntura era igualmente favorável, tendo o indicador de confiança mantido a tendência ascendente dos últimos trimestres, registando o valor mais alto dos últimos trinta e um (31) trimestres consecutivos, ou seja, desde 2008 (ver gráfico).

Gráfico nº 4



<sup>9</sup> Idem, P. 27.

*Handwritten signature*

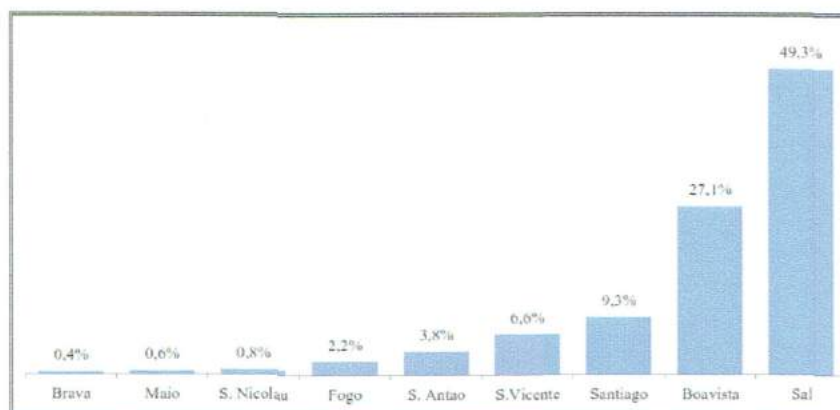
Por seu lado, o Índice de Preços Turísticos (IPT), também publicado pelo INE, registou um aumento dos preços da oferta turística no 3º trimestre de 2016, em termos homólogos, de 11,0%, valor em 2,1 p.p. inferior à variação homóloga registada no trimestre anterior. Já a variação trimestral registada nesse trimestre foi de 7,2%, sendo de 14,0 p.p. superior ao valor registado no trimestre anterior (-6,8%). O nível da variação verificado reflete também o padrão da sazonalidade da procura turística nacional.

### Estabelecimentos e capacidade de alojamento

Dados do Inventário aos Estabelecimentos de Alojamento, publicado pelo INE, em finais de 2015 indicam que Cabo Verde contava com 226 estabelecimentos de alojamento turístico (-3 do que em 2014), com um total de 10.626 quartos (-213 do que em 2014), com 18.055 camas (-133 do que em 2014), que representavam uma capacidade total de alojamento de 22.954 (-217 do que em 2014) e que empregavam, diretamente, 6.426 trabalhadores (+ 144 do que em 2014).

A Ilha da Boa Vista possuía um total de 20 estabelecimentos de alojamento (+3 do que no ano anterior), representando apenas 8,8% do total, posicionando-se em 5º lugar no conjunto das ilhas. Já em termos de disponibilidade de camas, Boa Vista encontrava-se na segunda posição (27,1%), a seguir ao Sal (49,3%).

**Gráfico nº 5 : Distribuição (%) de camas disponíveis, por ilha, 2015.**



Nesse mesmo ano os hotéis empregavam 81,9% do total do pessoal ao serviço dos estabelecimentos de alojamento. Os estabelecimentos sedeados na Boa Vista empregavam, diretamente, 1.794, representando 27,9% do total dos empregados dos estabelecimentos de alojamento do país, logo a seguir à Ilha do Sal (45%).

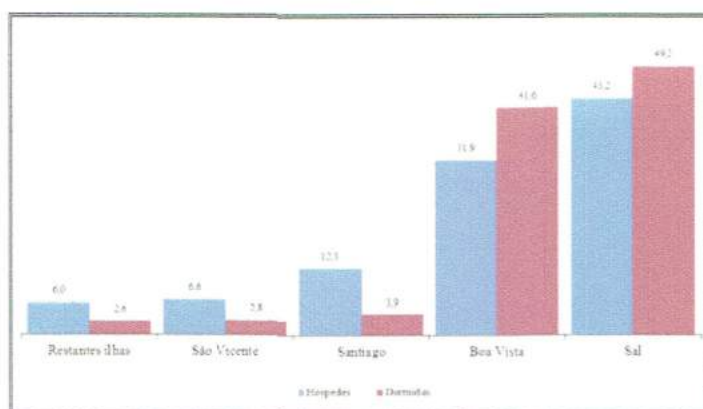
Dos 1.794 empregos diretos gerados pelos estabelecimentos de alojamento na Boa Vista, 1.403 (78,2%) eram nacionais, contra 2.732 (93,8%) e 5.784 (90%), respectivamente no Sal e a nível nacional, o que coloca Boa Vista no top das ilhas com maior taxa de estrangeiros empregados nos estabelecimentos de alojamento no país.



## Fluxo turístico

Segundo dados das Estatísticas do Turismo do INE, em 2015, Cabo Verde recebeu 569.387 hóspedes, representando um acréscimo de 5,5% face ao ano anterior. Nesse mesmo ano, o número de dormidas foi de 3.710.000, representando um acréscimo de 8,6%. O Reino Unido foi o principal país de proveniência dos turistas e os hóspedes desse país foram os que permaneceram mais tempo em Cabo Verde, com uma estadia média de 8,9 noite. A seguir ao Sal (43,2% das entradas), Boa Vista foi a ilha que recebeu mais turistas (31,9%). Quanto às dormidas, o Sal recebeu 49,2%, seguido da Boa Vista com 41,6%.

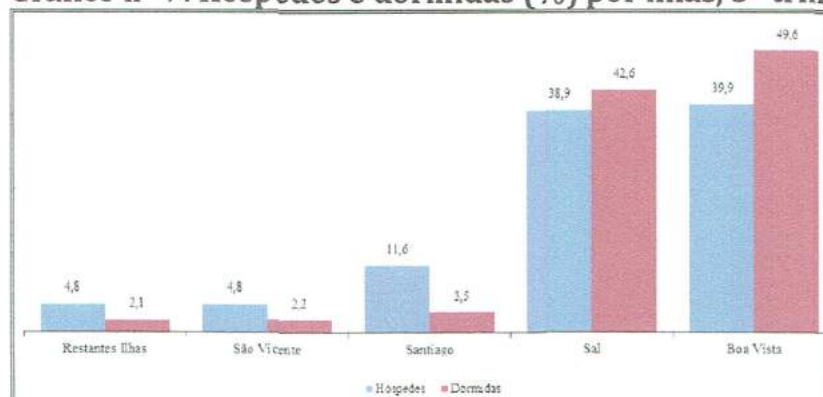
**Gráfico nº 6: Hóspedes e dormidas (%) por ilhas, 2015.**



Entre Janeiro e Setembro de 2016, Cabo Verde recebeu 461.635 hóspedes e 2.960.865 dormidas, movimentos que se traduziram em acréscimos de 12,9% e 11,0%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior.

No terceiro trimestre desse ano, Boa Vista foi a ilha que recebeu mais turistas (39,9%) do total das entradas, seguida do Sal (38,9%). Boa Vista foi também a ilha que recebeu maior percentagem das dormidas (49,6%), seguida do Sal (42,6%). Esses números atestam ainda uma taxa de ocupação na Boa Vista muito superior à média nacional (e ao Sal em particular), tendo a taxa de ocupação de camas na Boa Vista situado em 95%, contra 53% no Sal e 55% a nível nacional.

**Gráfico nº 7: Hóspedes e dormidas (%) por ilhas, 3º trimestre de 2016.**



*Handwritten signature or mark.*

## *SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016*

O principal mercado emissor de turistas para Cabo Verde continuou a ser o Reino Unido. Os hóspedes provenientes desse país representaram 20,5% do total das entradas, seguidos pelos oriundos de Portugal, com 15,2%. Quanto às dormidas, os hóspedes provenientes do Reino Unido representaram 30,3%, seguidos pelos oriundos da Alemanha com 13,6%. 58,1% dos turistas provenientes do Reino Unido que entraram em Cabo Verde escolheram Boa Vista para passarem as suas férias. Os hóspedes desse país foram os que permaneceram, em média, mais tempo em Cabo Verde (10,0 noites), seguidos dos oriundos da Alemanha (8,5 noites).

O setor do turismo continua sendo o principal beneficiário dos incentivos públicos. Segundo retrata o Relatório Orçamento Estado 2017, das 83 empresas que beneficiaram de incentivos fiscais em 2015, 44 eram do sector do turismo. Essas empresas absorveram cerca de 53,8% do total dos incentivos fiscais concedidos nesse ano.

### *PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTO NO SETOR DO TURISMO EM 2017*

#### **Boa Vista**

As perspectivas de investimentos para 2017 são bastante otimistas, tendo em conta o leque e a dimensão dos projetos em carteira que se encontram em vias de arrancar. Para além das obras, em curso, do hotel Meliã White Sands and SPA, do Grupo TRG, em Santa Mónica, prevê-se o arranque de pelo menos mais dois projetos, sendo um do Grupo BARCELÔ, em Santa Mónica, e outro do Grupo RIU, em Chave), ambos ainda no primeiro semestre. Encontram-se ainda em fase bastante avançada de desenvolvimento, com alguma possibilidade de arranque antes do final do ano, de outros projetos promovidos pelos grupos TRG, CLUB MED, BARCELÔ e PARAÍSO BOA VISTA. Investimentos estruturantes em projetos por conta dos acionistas - Estado (troço 1 da via estruturante da Boa Vista, via de acesso à Povoação Velha) e Município da Boa Vista (requalificação do Centro de Sal Rei, do Bairro Boa Esperança e Praia Cabral) juntarão ao projeto de expansão do terminal do Aeroporto Internacional Aristides Pereira, em curso, e de extensão e iluminação da pista que seguramente arrancarão no segundo semestre, entre outros, contribuirão decisivamente para a dinamização da atividade económica da ilha durante o ano.

#### **Maio**

O início das obras de requalificação do Porto da Cidade de Porto Inglês previsto para este ano reforça a expectativa de melhoria da acessibilidade externa criada com o aumento das ligações marítimas e aéreas iniciadas em 2016 e abre novas perspectivas de desenvolvimento turístico da Ilha do Maio. Para além das obras de requalificação do Porto e da respectiva via de acesso, a SDTIBM comparticipará no financiamento da conclusão do projeto da requalificação do centro histórico da Cidade do Porto Inglês, do projeto de requalificação turística e ambiental da zona de Salinas, bem como da requalificação do povoado de Ribeira Dão João e da conclusão da via de acesso ao Núcleo 1 da ZDTI do Sul da Vila do Maio. A acessibilidade externa continua a ser uma condicionante insuperável à atração de investimentos privados para a ilha, defraudando as legítimas expectativas de desenvolvimento dos maienses. É fundamental que o projeto do aeroporto internacional do Maio ganhe algum alento no decorrer de 2017, para poder sustentar alguns interesses privados por essa ilha.

ANALISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines.

# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## ANALISE HISTÓRICA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2016

### ANALISE DA EVOLUÇÃO DO ATIVO

A estrutura patrimonial da SDTIBM é constituída particularmente por terrenos, com objetivo de transformá-los em liquidez através da política do desenvolvimento do turismo baseado no plano de ordenamento turístico.

Para uma melhor percepção sobre a forma como têm evoluído os ativos da empresa desde 2012, veja-se o quadro seguinte (valores em contos):

(Quadro 1):

SDTIBM - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ILHAS BOA VISTA E MAIO  
(valores expressos e milhares de Escudos - mCVE)

| SDTIBM - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ILHAS BOA VISTA E MAIO |                   |               |                   |               |                   |               |                   |               |                   |             |
|--|-------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|-------------|
| ACTIVOS  | 2012              |               | 2013              |               | 2014              |               | 2015              |               | 2016              | % 2016      |
| <b>A) ACTIVO NÃO CORRENTE</b>  | <b>10.820.134</b> | <b>94,5%</b>  | <b>10.762.581</b> | <b>95,2%</b>  | <b>10.491.334</b> | <b>91,4%</b>  | <b>10.434.844</b> | <b>92,5%</b>  | <b>10.576.347</b> | <b>93%</b>  |
| <b>I. Activos fixos tangíveis:</b>   | <b>3.694.122</b>  | <b>32,3%</b>  | <b>3.685.266</b>  | <b>32,6%</b>  | <b>3.678.826</b>  | <b>32,1%</b>  | <b>99.567</b>     | <b>0,9%</b>   | <b>93.503</b>     | <b>1%</b>   |
| - Terrenos e recursos naturais   | 3.574.839         | 31,2%         | 3.575.306         | 31,6%         | 3.575.306         | 31,2%         | 467               | 0,0%          | 467               | 0%          |
| - Edifícios e outras construções   | 105.716           | 0,9%          | 101.311           | 0,9%          | 96.906            | 0,8%          | 92.501            | 0,8%          | 88.097            | 1%          |
| - Equipamento de transporte  | 4.910             | 0,0%          | 3.245             | 0,0%          | 2.413             | 0,0%          | 1.582             | 0,0%          | 750               | 0%          |
| - Equipamento administrativo   | 4.986             | 0,0%          | 3.168             | 0,0%          | 3.398             | 0,0%          | 4.610             | 0,0%          | 3.263             | 0%          |
| - Outros activos fixos tangíveis   | 3.672             | 0,0%          | 2.237             | 0,0%          | 802               | 0,0%          | 408               | 0,0%          | 925               | 0%          |
| <b>II. Propriedades de investimento:</b>                                   | <b>6.374.367</b>  | <b>55,7%</b>  | <b>6.374.367</b>  | <b>56,4%</b>  | <b>6.374.367</b>  | <b>55,6%</b>  | <b>9.883.939</b>  | <b>87,7%</b>  | <b>9.721.524</b>  | <b>86%</b>  |
| - Terrenos e recursos naturais   | 6.374.367         | 55,7%         | 6.374.367         | 56,4%         | 6.374.367         | 55,6%         | 9.883.939         | 87,7%         | 9.721.524         | 86%         |
| <b>III. Activos intangíveis:</b>   | <b>32.152</b>     | <b>0,3%</b>   | <b>4.777</b>      | <b>0,0%</b>   | <b>637</b>        | <b>0,0%</b>   | <b>10.311</b>     | <b>0,1%</b>   | <b>5.203</b>      | <b>0%</b>   |
| - Propriedade industrial   | 682               | 0,0%          | 546               | 0,0%          | 409               | 0,0%          | 273               | 0,0%          | 137               | 0%          |
| - Programas de computador  | 1.213             | 0,0%          | 702               | 0,0%          | 228               | 0,0%          | 10.038            | 0,1%          | 5.066             | 0%          |
| - Outros activos intangíveis   | 30.257            | 0,3%          | 3.530             | 0,0%          | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -           |
| <b>IV. Participações financeiras - método da equivalência patrimonial</b>  | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -             | <b>260.588</b>    | <b>2%</b>   |
| <b>V. Outros activos financeiros</b>                                       | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -             | <b>11.027</b>     | <b>0%</b>   |
| <b>VI. Investimentos em curso</b>  | <b>10.000</b>     | <b>0,1%</b>   | <b>10.887</b>     | <b>0,1%</b>   | <b>10.000</b>     | <b>0,1%</b>   | <b>10.000</b>     | <b>0,1%</b>   | <b>15.000</b>     | <b>0%</b>   |
| <b>VII. Devedores comerciais e outras contas a receber:</b>                | <b>709.493</b>    | <b>6,2%</b>   | <b>687.283</b>    | <b>6,1%</b>   | <b>427.505</b>    | <b>3,7%</b>   | <b>431.027</b>    | <b>3,8%</b>   | <b>469.502</b>    | <b>4%</b>   |
| - Clientes   | 455.894           | 4,0%          | 455.894           | 4,0%          | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -           |
| - Accionistas/sócios   | 253.599           | 2,2%          | 231.389           | 2,0%          | 427.505           | 3,7%          | 431.027           | 3,8%          | 469.502           | 4%          |
| <b>B) ACTIVO CORRENTE</b>  | <b>627.219</b>    | <b>5,5%</b>   | <b>545.489</b>    | <b>4,8%</b>   | <b>982.981</b>    | <b>8,6%</b>   | <b>840.140</b>    | <b>7,5%</b>   | <b>752.299</b>    | <b>7%</b>   |
| <b>VIII Inventários e activos biológicos:</b>                              | <b>142.862</b>    | <b>1,2%</b>   | <b>142.862</b>    | <b>1,3%</b>   | <b>142.862</b>    | <b>1,2%</b>   | <b>142.862</b>    | <b>1,3%</b>   | <b>294.967</b>    | <b>3%</b>   |
| - Mercadorias  | 142.862           | 1,2%          | 142.862           | 1,3%          | 142.862           | 1,2%          | 142.862           | 1,3%          | 270.874           | 2%          |
| - Produtos e trabalhos em curso  | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -             | 24.093            | 0%          |
| <b>IX. Devedores comerciais e outras contas a receber:</b>                 | <b>465.211</b>    | <b>4,1%</b>   | <b>387.251</b>    | <b>3,4%</b>   | <b>653.139</b>    | <b>5,7%</b>   | <b>516.569</b>    | <b>4,6%</b>   | <b>442.176</b>    | <b>4%</b>   |
| - Clientes   | 434.784           | 3,8%          | 361.990           | 3,2%          | 627.820           | 5,5%          | 499.556           | 4,4%          | 66.160            | 1%          |
| - Estado e outros entes públicos   | 24.581            | 0,2%          | 11.918            | 0,1%          | 13.186            | 0,1%          | 14.553            | 0,1%          | 11.734            | 0%          |
| - Financiamentos concedidos  | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -             | 208.731           | 2%          |
| - Outras contas a receber  | 5.845             | 0,1%          | 13.343            | 0,1%          | 2.405             | 0,0%          | 1.920             | 0,0%          | 155.490           | 1%          |
| - Diferimentos - gastos a reconhecer                                       | -                 | -             | -                 | -             | 9.728             | 0,1%          | 539               | 0,0%          | 61                | 0%          |
| <b>XI. Meios financeiros:</b>  | <b>19.146</b>     | <b>0,2%</b>   | <b>15.376</b>     | <b>0,1%</b>   | <b>186.980</b>    | <b>1,6%</b>   | <b>180.709</b>    | <b>1,6%</b>   | <b>15.155</b>     | <b>0%</b>   |
| - Caixa e depósitos bancários  | 19.146            | 0,2%          | 15.376            | 0,1%          | 186.980           | 1,6%          | 180.709           | 1,6%          | 15.155            | 0%          |
| <b>TOTAL DO ACTIVO (A + B)</b>   | <b>11.447.353</b> | <b>100,0%</b> | <b>11.308.070</b> | <b>100,0%</b> | <b>11.474.316</b> | <b>100,0%</b> | <b>11.274.984</b> | <b>100,0%</b> | <b>11.328.646</b> | <b>100%</b> |

### ATIVOS ACUMULADOS

Como se pode ver no quadro acima, até Dezembro de 2015 a SDTIBM tinha acumulado em ativos cerca de 11,27 milhões de contos, os quais se desagregam da seguinte forma:

- 10,34 milhões de contos em *ativos não correntes*, sendo 9,88 milhões de contos em terrenos;
- 840 mil contos em *ativos correntes*.

Em 2016 a SDTIBM registou 11,34 milhões de contos em ativos, sendo:

## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

- 10,57 milhões de contos em *ativos não correntes*, sendo 9,7 milhões de contos em terrenos;
- 752 mil contos em *ativos correntes*.

O aumento dos *ativos não correntes*, de 10,34 milhões de contos em 2015 para 11,34 milhões de contos em 2016 deve-se, essencialmente, a compra de 60% do capital social da AEB e um financiamento concedido a AEB no âmbito da recompra do crédito junto do Banco Português de Investimento.

### Ativo não Corrente

Cerca de 86% do valor dos *ativos não correntes* corresponde ao valor contabilístico dos terrenos, registados em Propriedades de investimento.

### Ativo Corrente

A empresa terminou o exercício económico com uma disponibilidade (*caixa e depósitos bancários*) de 15 mil contos, como estão evidenciados no *Quadro 1* e nos *anexos às demonstrações financeiras*, os quais foram elaborados em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Também em 2016 o *ativo* foi constituído principalmente por terrenos nas ZDTI da Boa Vista e do Maio, os quais possuem um valor real bem acima do seu valor contabilístico, em virtude do respectivo custo de aquisição ter sido inferior ao seu correspondente valor de mercado e da sua subsequente valorização.

### CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO - 2012 A 2016

(Quadro 2):

| SDTIBM - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ILHAS BOA VISTA E MAIO |                   |               |                   |               |                   |               |                   |               |                   |             |
|--|-------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|-------------|
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS   | 2012              | 2013          | 2014              | 2015          | 2016              | % 2016        |                   |               |                   |             |
| <b>A) CAPITAL PRÓPRIO</b>  | <b>2.373.167</b>  | <b>20,7%</b>  | <b>2.182.644</b>  | <b>19,3%</b>  | <b>2.044.847</b>  | <b>17,8%</b>  | <b>2.073.866</b>  | <b>18,4%</b>  | <b>1.903.697</b>  | <b>17%</b>  |
| I. Capital realizado   | 250.000           | 2,2%          | 2.414.086         | 21,3%         | 2.414.086         | 21,0%         | 2.414.086         | 21,4%         | 2.414.086         | 21%         |
| III. Prestações suplementares e outros instrumentos do capital próprio     | 2.164.086         | 18,9%         | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -           |
| VIII. Outras variações no capital próprio (+/-)                            | -                 | -             | 416               | 0,0%          | 416               | 0,0%          | 416               | 0,0%          | 416               | 0%          |
| <b>IX. Resultados:</b>   | <b>-40.919</b>    | <b>-0,4%</b>  | <b>-231.858</b>   | <b>-2,1%</b>  | <b>-369.655</b>   | <b>-3,2%</b>  | <b>-340.636</b>   | <b>-3,0%</b>  | <b>-510.805</b>   | <b>-5%</b>  |
| - Resultados transitados (+/-)   | (570.994)         | -5,0%         | (40.919)          | -0,4%         | (231.858)         | -2,0%         | (369.655)         | -3,3%         | (340.636)         | -3%         |
| - Resultado líquido do período (+/-)                                       | 530.076           | 4,6%          | (190.939)         | -1,7%         | (137.797)         | -1,2%         | 29.019            | 0,3%          | (170.169)         | -2%         |
| <b>B) PASSIVO NÃO CORRENTE</b>   | <b>8.515.281</b>  | <b>74,4%</b>  | <b>8.328.353</b>  | <b>73,6%</b>  | <b>8.350.315</b>  | <b>72,8%</b>  | <b>8.516.549</b>  | <b>75,5%</b>  | <b>8.633.775</b>  | <b>76%</b>  |
| I. Provisões de longo prazo  | 10.720            | 0,1%          | 10.720            | 0,1%          | 16.688            | 0,1%          | 16.688            | 0,1%          | 16.688            | 0%          |
| II. Credores comerciais e outras contas a pagar:                           | <b>8.504.561</b>  | <b>74,3%</b>  | <b>8.317.633</b>  | <b>73,6%</b>  | <b>8.333.628</b>  | <b>72,6%</b>  | <b>8.499.862</b>  | <b>75,4%</b>  | <b>8.617.086</b>  | <b>76%</b>  |
| Adiantamentos de clientes  | 394.108           | 3,4%          | 826.539           | 7,3%          | 943.220           | 8,2%          | 1.015.554         | 9,0%          | 1.194.875         | 11%         |
| Financiamentos obtidos   | 1.580.283         | 13,8%         | 1.166.850         | 10,3%         | 1.007.908         | 8,8%          | 819.482           | 7,3%          | 782.559           | 7%          |
| Outras contas a pagar  | 6.530.170         | 57,0%         | 6.324.244         | 55,9%         | 6.382.500         | 55,6%         | 6.664.826         | 59,1%         | 6.639.652         | 59%         |
| Diferimentos - rendimentos a reconhecer                                    | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -           |
| <b>C) PASSIVO CORRENTE</b>   | <b>558.904</b>    | <b>4,9%</b>   | <b>797.073</b>    | <b>7,0%</b>   | <b>1.079.153</b>  | <b>9,4%</b>   | <b>684.568</b>    | <b>6,1%</b>   | <b>791.173</b>    | <b>7%</b>   |
| III. Provisões de curto prazo  | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -           |
| IV. Credores comerciais e outras contas a pagar:                           | <b>558.904</b>    | <b>4,9%</b>   | <b>797.073</b>    | <b>7,0%</b>   | <b>1.079.153</b>  | <b>9,4%</b>   | <b>684.568</b>    | <b>6,1%</b>   | <b>791.173</b>    | <b>7%</b>   |
| Fornecedores   | 4.682             | 0,0%          | 1.285             | 0,0%          | 1.679             | 0,0%          | 1.608             | 0,0%          | 1.521             | 0%          |
| Adiantamentos de clientes  | 229.898           | 2,0%          | 167.518           | 1,5%          | 233.310           | 2,0%          | 104.205           | 0,9%          | 10.301            | 0%          |
| Estado e outros entes públicos   | 48.624            | 0,4%          | 48.625            | 0,4%          | 46.996            | 0,4%          | 20.494            | 0,2%          | 15.867            | 0%          |
| Financiamentos obtidos   | 117.617           | 1,0%          | 353.136           | 3,1%          | 579.163           | 5,0%          | 350.541           | 3,1%          | 543.912           | 5%          |
| Outras contas a pagar  | 158.084           | 1,4%          | 226.090           | 2,0%          | 218.095           | 1,9%          | 207.720           | 1,8%          | 219.572           | 2%          |
| Diferimentos - rendimentos a reconhecer (detalhar em anexo)                | -                 | -             | 420               | 0,0%          | -                 | -             | -                 | -             | -                 | -           |
| <b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO (A+B+C)</b>                       | <b>11.447.353</b> | <b>100,0%</b> | <b>11.308.070</b> | <b>100,0%</b> | <b>11.474.315</b> | <b>100,0%</b> | <b>11.274.983</b> | <b>100,0%</b> | <b>11.328.645</b> | <b>100%</b> |

# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## Passivo não Corrente - 2016

De acordo com o *Quadro 2*, o *passivo não corrente* atingiu 8,6 milhões de contos e inclui 782 mil contos de financiamentos, parte dos quais se destina à construção da Via Estruturante da Boa Vista e sede social, obtidos junto da Caixa Económica de Cabo Verde e da BUCAN e acréscimos de custos no valor de 338,9 mil contos.

Por outro lado, nesta categoria de passivo incluem-se ainda os *adiantamentos de clientes e outras contas a pagar*. Estas contemplam o valor a pagar referente aos terrenos nas ZDTI da Boa Vista e do Maio transferidos para a SDTIBM, incluindo o valor das indemnizações aos seus ex-possuidores.

## Passivo Corrente - 2016

O total do *passivo corrente* elevou-se a 819 mil contos e refere-se, maioritariamente, a i) *dívidas a fornecedores*, no total de 1,5 mil contos; ii) *adiantamentos de clientes*, no valor de 10,3 mil contos; iii) *financiamentos bancários e não bancários* de curto prazo, no montante de 543,9 mil contos; iv) *dívidas ao Estado e outros entes públicos*, no valor de 15,87 mil contos; v) *outras contas a pagar*, no valor de 219 mil contos.

## Situação Patrimonial Final - 2016

O *capital social* ascende a 2,4 milhões de contos, na medida em que a Sociedade realizou a Escritura Pública de aumento do capital e incorporou, para o efeito, as prestações suplementares, no valor de 2,16 milhões de contos. No exercício económico em análise os *resultados líquidos* negativos atingiram 170,2 mil contos.

Os prejuízos acumulados dos anos anteriores rodaram os 340,6 mil contos.

## ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012 A 2016

### BALANÇO FUNCIONAL 2012 A 2016

A empresa tem cumprido, ao longo dos anos, a regra do equilíbrio financeiro, muito embora a sua necessidade de tesouraria corrente tenha sido suprida pelo descoberto bancário. Contudo, o quadro seguinte permite-nos certificar a sua sustentabilidade económica:



## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

(Quadro 3):

| SDTIBM - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ILHAS BOA VISTA E MAIO |                   |                   |                   |                   |                   |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| BALANÇO FUNCIONAL  | 2012              | 2013              | 2014              | 2015              | 2016              |
| ACTIVO FUNCIONAL   |                   |                   |                   |                   |                   |
| Activos fixos tangíveis  | 3.694.122         | 3.685.266         | 3.678.826         | 99.567            | 93.503            |
| Propriedades de investimento   | 6.374.367         | 6.374.367         | 6.374.367         | 9.883.939         | 9.721.524         |
| Activos intangíveis  | 32.152            | 4.777             | 637               | 10.311            | 5.203             |
| Contas a receber - médio/longo-prazo                                       | 709.493           | 687.283           | 427.505           | 431.027           | 469.502           |
| <b>ACTIVO FIXO DE EXPLORAÇÃO</b>   | <b>10.810.134</b> | <b>10.751.694</b> | <b>10.481.334</b> | <b>10.424.844</b> | <b>10.289.732</b> |
| Necessidades cíclicas  | 596.780           | 533.291           | 795.263           | 642.418           | 361.128           |
| Recursos cíclicos  | 259.818           | 187.188           | 233.362           | 126.307           | 87.822            |
| <b>NECESSIDADES DE FUNDO DE MANEIO</b>                                     | <b>336.962</b>    | <b>346.103</b>    | <b>561.901</b>    | <b>516.111</b>    | <b>273.306</b>    |
| <b>ACTIVO ECONÓMICO</b>  | <b>11.147.096</b> | <b>11.097.796</b> | <b>11.043.236</b> | <b>10.940.955</b> | <b>10.563.037</b> |
| Investimentos financeiros e não financeiros                                | 10.000            | 10.887            | 10.000            | 10.000            | 286.615           |
| Tesouraria activa  | 30.439            | 12.199            | 187.718           | 197.721           | 391.171           |
| <b>ACTIVO FINANCEIRO</b>   | <b>40.439</b>     | <b>23.086</b>     | <b>197.718</b>    | <b>207.721</b>    | <b>677.787</b>    |
| <b>ACTIVO ECONÓMICO E FINANCEIRO</b>                                       | <b>11.187.535</b> | <b>11.120.882</b> | <b>11.240.954</b> | <b>11.148.677</b> | <b>11.240.824</b> |
| CAPITAL FUNCIONAL  |                   |                   |                   |                   |                   |
| Capital próprio  | 2.373.167         | 2.182.644         | 2.044.847         | 2.073.866         | 1.903.697         |
| Capitais alheios permanentes   | 8.515.281         | 8.328.353         | 8.350.315         | 8.516.549         | 8.605.287         |
| <b>CAPITAIS PERMANENTES</b>  | <b>10.888.449</b> | <b>10.510.997</b> | <b>10.395.163</b> | <b>10.590.416</b> | <b>10.508.984</b> |
| Tesouraria passiva   | 299.086           | 609.886           | 845.791           | 558.261           | 731.839           |
| <b>CAPITAL INVESTIDO</b>   | <b>11.187.535</b> | <b>11.120.882</b> | <b>11.240.954</b> | <b>11.148.677</b> | <b>11.240.823</b> |

### ANALISE DE DESEMPENHO ECONÓMICO - 2012 A 2016

Analisando as demonstrações de resultados da SDTIBM conclui-se que, contrariamente ao ano anterior em que houve resultados positivos de 29 mil contos, em 2016 os resultados líquidos, são negativos em 170,2mil contos, como se pode ver no Quadro 4:

(Quadro 4):

| SDTIBM - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ILHAS BOA VISTA E MAIO |                |                  |                  |                |              |                  |
|--|----------------|------------------|------------------|----------------|--------------|------------------|
| DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  | 2012           | 2013             | 2014             | 2015           | Δ% 2016      | 2016             |
| Vendas e prestações de serviços (+)  | 928.155        | 11               | 5                | 576.921        | -100%        | 30               |
| Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, ass                               | -              | -                | -                | -              | -            | (99.923)         |
| Gastos com mercadorias vendidas e matérias                                 | (31.601)       | -                | -                | (404.164)      | -100%        | -                |
| <b>Resultado operacional bruto (+/-)</b>                                   | <b>896.553</b> | <b>11</b>        | <b>5</b>         | <b>172.757</b> | <b>-158%</b> | <b>(99.893)</b>  |
| Fornecimentos e serviços externos (-)                                      | (22.793)       | (15.021)         | (15.329)         | (28.257)       | 36%          | (38.559)         |
| <b>Valor acrescentado bruto (+/-)</b>                                      | <b>873.760</b> | <b>(15.010)</b>  | <b>(15.324)</b>  | <b>144.500</b> | <b>-196%</b> | <b>(138.451)</b> |
| Gastos com o pessoal (-)   | (86.046)       | (86.574)         | (98.269)         | (47.696)       | 1%           | (48.245)         |
| Outros rendimentos e ganhos (+)  | 5.368          | 6.689            | 32.483           | 29.649         | 241%         | 101.191          |
| Outros gastos e perdas (-)   | (24.756)       | (29.110)         | (4.082)          | (49.808)       | -14%         | (42.844)         |
| <b>/ganhos de financiamento e impostos (+/-)</b>                           | <b>768.326</b> | <b>(124.005)</b> | <b>(91.159)</b>  | <b>76.646</b>  | <b>-267%</b> | <b>(128.349)</b> |
| Gastos/Reversões de depreciação e de amort                                 | (37.395)       | (36.854)         | (12.386)         | (12.514)       | 3%           | (12.855)         |
| <b>ganhos de financiamento e impostos) (+/-)</b>                           | <b>730.931</b> | <b>(160.860)</b> | <b>(103.545)</b> | <b>64.132</b>  | <b>-320%</b> | <b>(141.205)</b> |
| Juros e ganhos similares obtidos (+)                                       | -              | 488              | -                | 480            | 3414%        | 16.866           |
| Juros e perdas similares suportados (-)                                    | (24.071)       | (30.568)         | (34.252)         | (35.417)       | 29%          | (45.610)         |
| <b>Resultado antes de impostos (+/-)</b>                                   | <b>706.861</b> | <b>(190.939)</b> | <b>(137.797)</b> | <b>29.195</b>  | <b>-682%</b> | <b>(169.949)</b> |
| Imposto sobre o rendimento do período (+/-)                                | 176.785        | -                | -                | 176            | 25%          | 220              |
| <b>Resultado líquido do período (+/-)</b>                                  | <b>530.076</b> | <b>(190.939)</b> | <b>(137.797)</b> | <b>29.019</b>  | <b>-686%</b> | <b>(170.168)</b> |
| <b>Resultados) incluído no res. líq. do período (+/-)</b>                  | <b>-</b>       | <b>-</b>         | <b>-</b>         | <b>-</b>       | <b>-</b>     | <b>-</b>         |
| <b>Resultado do exercício económico (+/-)</b>                              | <b>530.076</b> | <b>(190.939)</b> | <b>(137.797)</b> | <b>29.019</b>  | <b>-686%</b> | <b>(170.168)</b> |
| <b>Interesses minoritários</b>   | <b>-</b>       | <b>-</b>         | <b>-</b>         | <b>-</b>       | <b>-</b>     | <b>-</b>         |
| <b>Resultados consolidados líquidos</b>                                    | <b>530.076</b> | <b>(190.939)</b> | <b>(137.797)</b> | <b>29.019</b>  | <b>-686%</b> | <b>(170.168)</b> |

## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

Estes resultados explicam-se pelo facto de ter sido realizado venda de terreno, ficando a escritura pública de transferência do terreno para ser feita em momento posterior.

(Quadro 5):

| SDTIBM - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ILHAS BOA VISTA E MAIO |         |           |           |         |           |
|--|---------|-----------|-----------|---------|-----------|
| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS A CUSTEIO V                                     | 2012    | 2013      | 2014      | 2015    | 2016      |
| VOLUME DE NEGÓCIOS   | 933.523 | 6.699     | 32.489    | 606.571 | 101.221   |
| Outros rendimentos operacionais  | -       | -         | -         | -       | -         |
| RENDIMENTOS OPERACIONAIS   | 933.523 | 6.699     | 32.489    | 606.571 | 101.221   |
| Gastos operacionais variáveis  | 79.151  | 43.348    | 18.623    | 456.816 | 81.403    |
| MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO   | 854.372 | (36.648)  | 13.866    | 149.754 | 19.818    |
| Gastos operacionais fixos  | 123.441 | 124.211   | 117.411   | 85.622  | 161.023   |
| RESULTADO OPERACIONAL  | 730.931 | (160.860) | (103.545) | 64.132  | (141.205) |
| Custo líquido de financiamento   | 24.071  | 30.080    | 34.252    | 34.937  | 28.744    |
| RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS  | 706.861 | (190.939) | (137.797) | 29.195  | (169.949) |
| Imposto sobre o rendimento do período                                      | 176.785 | -         | -         | 176     | 220       |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO   | 530.076 | (190.939) | (137.797) | 29.019  | (170.168) |
| Interesses minoritários  | -       | -         | -         | -       | -         |
| RESULTADOS CONSOLIDADOS LÍQUIDOS   | 530.076 | (190.939) | (137.797) | 29.019  | (170.168) |

### EVOLUÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - 2014 A 2016

O valor contabilístico do *ativo líquido* evoluiu positivamente face ao ano anterior, como se pode verificar no *Gráfico 8*.

Em 2016 houve uma evolução positivo em relação a 2015, o que se explica pela aquisição de 60% do capital social da AEB, bem ainda, um aumento das dívidas dos acionistas devido aos investimentos realizados por conta desses.

(Gráfico 8):



225

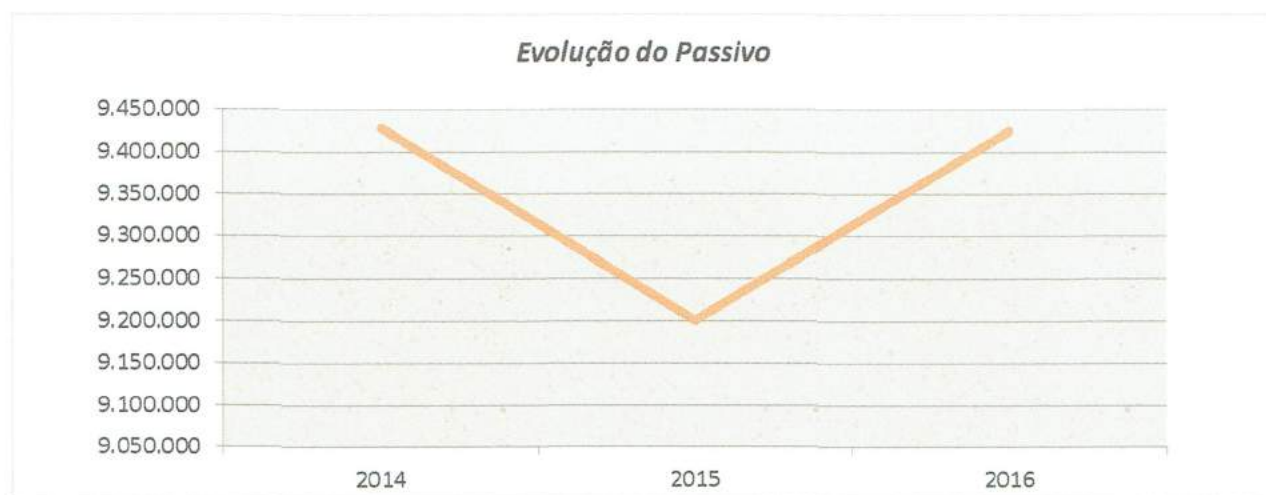


# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## EVOLUÇÃO DO PASSIVO - 2014 A 2016

Verifica-se um aumento do *passivo* em relação ao exercício económico de 2015, como demonstra o *Gráfico 9*. Este aumento explica-se, essencialmente, pela contratação de créditos bancários de curto prazo, adiantamentos de clientes devido a realização de venda, o aumento do valor utilizado da conta corrente caucionada para reforço de tesouraria em comparação a 2015.

(Gráfico 9):



## EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - 2014 A 2016

O património líquido manteve-se estável, com uma tendência ligeiramente descendente. Essa tendência irá continuar durante um longo período e terminará com a consolidação do desenvolvimento de todas as ZDTI, dado que a cedência de terrenos implicará redução contínua do valor do *ativo*, com exceção dos períodos em que se proceder à sua reavaliação e ou à retenção de resultados líquidos.

(Gráfico 10):



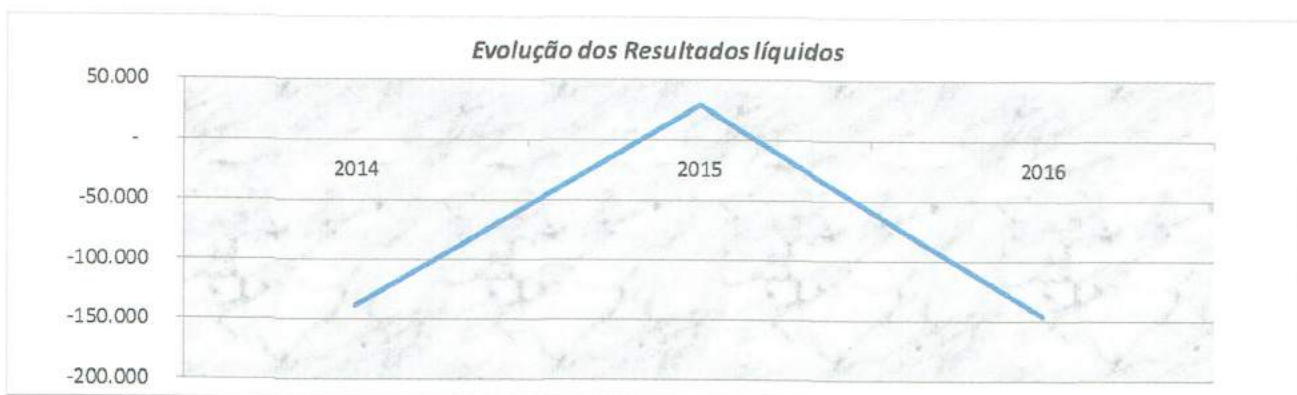
# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS - 2014 A 2016

Como anteriormente referido, os resultados líquidos podem ser negativos, mesmo quando haja recebimentos de clientes em montantes elevados. Também pode acontecer o contrário, isto é, lucros expressivos sem o correspondente encaixe financeiro, como se verificou em 2012. O registo dos rendimentos advenientes da venda de terrenos depende da transferência da sua titularidade a favor de terceiros.

O Gráfico 11 mostra a evolução dos resultados líquidos dos últimos cinco anos.

(Gráfico 11):

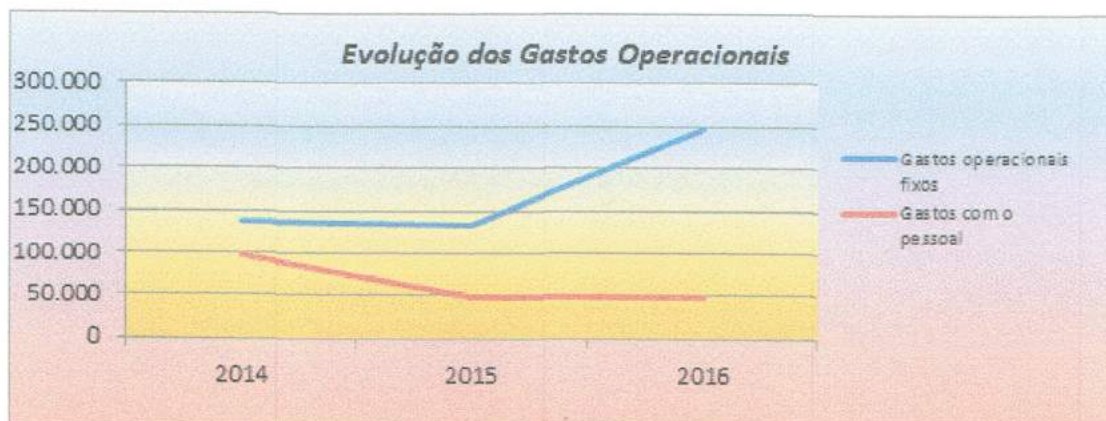


## EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS FIXOS - 2014 A 2016

Como se poderá observar no Gráfico 12, os gastos operacionais tiveram uma ligeira diminuição em 2015, face ao ano de 2014.

Porém, ano de 2016, os gastos operacionais aumentaram em cerca de 103 mil contos comparativamente ao ano de 2015, como poderá verificar no gráfico seguinte:

(Gráfico 12):



225

# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## EVOLUÇÃO DE RECEBIMENTOS DE CLIENTES - 2014 A 2016

Esta rubrica tem tido o comportamento demonstrado no *Gráfico 13*. Os recebimentos totais de clientes atingiram cerca de 239 mil contos em 2014 e ascenderam a 490 mil contos em 2015. Em 2016 a SDTIBM recebeu 365 mil contos dos clientes, que contribuiu para honrar grande parte dos compromissos assumidos.

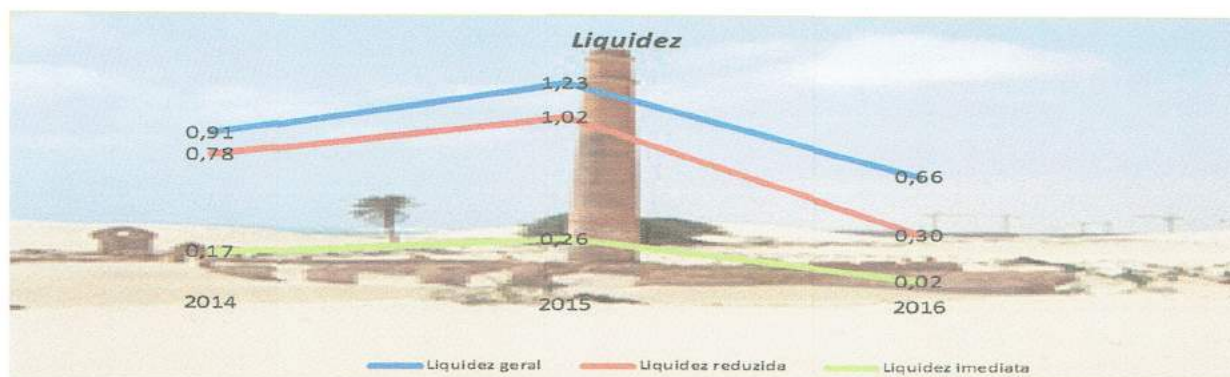
(Gráfico nº 13):



## EVOLUÇÃO DA LIQUIDEZ - 2014 A 2016

Analisando a liquidez imediata situou-se em 0,02 como poderá observar no *Gráfico 14*, entretanto, as disponibilidades para satisfazer os compromissos de curto prazo poderão ser asseguradas, se os acordos de venda de terrenos já assinados forem cumpridos e se os bancos continuarem a acreditar nos negócios da Sociedade.

(Gráfico nº 14):



Se se excluir os valores dos adiantamentos de clientes e de indemnizações a pagar aos ex-possuidores de terrenos, esse indicador estará dentro dos parâmetros desejados.

207

## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

De acordo com o Gráfico 14, a liquidez geral, isto é, a relação entre ativos correntes e passivos correntes, teve a mesma evolução que a liquidez reduzida. De 2015 para 2016 diminuiu de 1,23 para 0,66.

Consequentemente, os capitais circulantes, incluindo o *inventário*, tornaram-se inferiores aos *passivos*, aparentemente, com o correspondente grau de exigibilidade. Na verdade, os *adiantamentos de clientes* constantes dos *passivos correntes e não correntes*, no valor de **1,205 milhões de contos, têm carácter definitivo e, por conseguinte, não colocam pressão sobre a tesouraria no curto prazo.**

### EVOLUÇÃO DA AUTONOMIA FINANCEIRA - 2014 A 2016

Conforme espelha o *Gráfico 15*, a autonomia financeira caiu significativamente de 2015 para 2016, devido ao endividamento resultante da operação da participação no capital social da AEB. Em 2015 registou-se uma ligeira melhoria, explicada pela amortização dos empréstimos bancários e não bancários.

(Gráfico 15):



Entretanto, convém ter presente que este indicador é bastante ilusório, dado que o valor do *capital próprio* está tão subestimado quanto o valor do *ativo*, mais concretamente com o valor dos terrenos.

De facto, o *ativo* é constituído principalmente por terrenos nas ZDTI da Boa Vista e do Maio que possuem, como atrás referido, um valor real bem acima do seu valor contabilístico, em virtude do respectivo custo de aquisição ter sido inferior ao correspondente valor de mercado. Por outro lado, os referidos terrenos valorizaram-se com a aprovação dos respectivos POT e com a construção das infraestruturas de apoio.

Esta realidade leva a que seja quase inevitável uma reavaliação futura desses terrenos. Por conseguinte, a análise da situação financeira da SDTIBM com base nos números aqui divulgados fica bastante condicionada.

285

## *SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016*

Efetivamente, a SDTIBM dispõe ainda de mais de 76 milhões de m<sup>2</sup> de terrenos. Mesmo que 50% desta área seja preservada para elevar a qualidade turística das ZDTI, o valor mínimo dos restantes 50%, na base de 1.000\$00/m<sup>2</sup>, ronda os 38 milhões de contos, quase 4 vezes superior ao valor de todo o passivo.

### *RECURSOS HUMANOS*

A SDTIBM conta com um quadro bastante reduzido de colaboradores, em número de 13 (treze), dos quais 7 (sete) são do sexo feminino e 6 (seis) do sexo masculino, estando 11 (onze) afetos à seda na Boa Vista e 2 (dois) à Delegação no Maio. Dos 13 (treze) colaboradores, 9 (nove) são quadros superiores, sendo alguns com bastante experiência.

Respondendo às orientações dos acionistas emitidas em seda da Assembleia geral de 26 de Junho de 2014, foi adoptada, já em finais de 2015, uma nova grelha salarial, como resultado de uma longa e aturada discussão com os colaboradores. A nova grelha salarial permitiu atualizar os contratos de trabalho, resolvendo algumas situações de maior conflito laboral.

Decorrente da nova grelha salarial, foi também aprovada uma nova tabela salarial, que entrou em vigor a partir de Janeiro de 2016 com impacto.

### *RESPONSABILIDADE SOCIAL*

A SDTIBM posiciona-se como empresa de referência nas Ilhas da Boa Vista e do Maio em matéria de responsabilidade social.

Identificou a cultura, o ambiental e os desportos náuticos como sectores de referência para as suas intervenções em matéria de responsabilidade social.

Definidos que foram os critérios, iniciou-se a identificação de parceiros técnicos e financeiros para a concepção, desenvolvimento e implementação de projetos de referência nesses sectores. Para a Ilha do Maio, foi possível concorrer com uma ONGD portuguesa e a Câmara Municipal com um projeto para financiamento da Comissão Europeia em cerca de 80 mil contos, devendo a SDTIBM entrar com cerca de 22 mil contos.

Na Boa Vista, continuam ainda discussões com potenciais parceiros nas áreas do ambiente e dos desportos náuticos, visando a implementação dos referidos projetos-referência.

Na ausência de escolas de formação profissional na área do turismo e, tendo em conta a grande demanda de mão-de-obra qualificada, a SDTIBM continua a ter fortes intervenções na área da formação profissional.

Foi assinado um Protocolo de parceria com a EHTCV, no âmbito do qual a SDTIBM patrocinou a formação de 32 (trinta e dois) jovens nessa escola, com financiamento de propina, alojamento e alimentação.

## *SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016*

Devido à péssima condição como cerca de uma centena e meia de famílias criam porcos nos arredores de Sal Rei, a SDTIBM patrocinou a realização de um inquérito junto das referidas famílias. Esforços continuarão a ser empreendidos nos próximos anos para mobilização de parcerias para concepção e implementação de um projeto de criação sustentável de porcos, fora da periferia urbana e em condições de higiene e sustentabilidade económica para as referidas famílias.

Alguns pedidos pontuais de apoio, feitos pelas câmaras municipais, nomeadamente por ocasião dos respectivos dias de município, bem como de grupos desprotegidos, por ocasião do Natal e Ano Novo, foram ainda atendidos, tanto na Boa Vista como no Maio.

### *EVENTOS IMPORTANTES REGISTADOS ENTRE A DATA DO ENCERRAMENTO E A DATA DO RELATÓRIO DE GESTÃO*

Desde a data do fecho de contas até esta data, não se verificaram acontecimentos que possam influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereçam divulgação.

### *PERSPECTIVAS FUTURAS - 2015 A 2018*

Embora a crise internacional tenha inviabilizado várias intenções de investimentos na Boa Vista e no Maio nos últimos anos, a SDTIBM já contratualizou negócios que irão assegurar, se forem materializados, o desenvolvimento turístico da Ilha da Boa Vista e gerar encaixes financeiros importantes.

Como se sabe, a venda de terrenos, conquanto seja um imperativo financeiro, não é o escopo mais importante da missão da SDTIBM. O mais desejado dos objetivos é o desenvolvimento turístico integrado, com aumento do bem-estar social nas duas ilhas e com efeitos económicos induzidos para a economia nacional, no seu todo.

# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS 2012 E 2015

Considerando que o resultado líquido do exercício de 2016 é de 170 169 contos negativos, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

Para Resultados transitados ..... mCVE 170 169

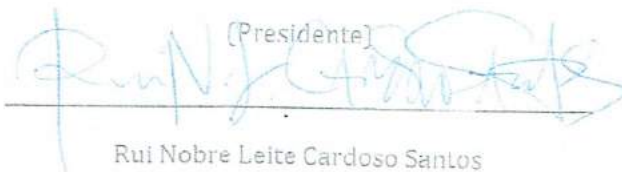
Sal Rei, Novembro de 2017

O Conselho de Administração,



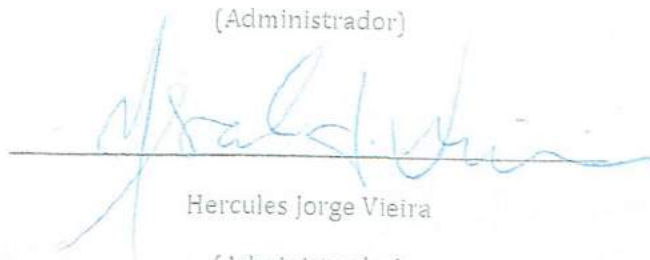
Luís Nataniel Silva

(Presidente)



Rui Nobre Leite Cardoso Santos

(Administrador)



Hercules Jorge Vieira

(Administrador)



João Lima Spencer

(Administrador)



Carlos Querido Borges

(Administrador)

**RELATÓRIO DE CONTA 2016**





# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## BALANÇO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ILHAS BOA VISTA E MAIO - SDTIBM, S.A  
 NIF: 252300343

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015  
 (valores expressos em milhares de Escudos - m€VE)

| Rubricas   | Notas | Data de referência |                   |
|--|-------|--------------------|-------------------|
|  |       | 31-12-2016         | 31-12-2015        |
|  |       | Valores            | Valores           |
| <b>ACTIVO</b>  |       |                    |                   |
| <b>Activo não corrente</b>                                 |       |                    |                   |
| <b>Activos fixos tangíveis</b>                             | 3     |                    |                   |
| Terrenos e recursos naturais                               |       | 467                | 467               |
| Edifícios e outras construções                             |       | 38 097             | 92 501            |
| Equipamentos de transporte                                 |       | 730                | 1 582             |
| Equipamentos Administrativos                               |       | 3 293              | 4 619             |
| Outros activos fixos tangíveis                             |       | 923                | 408               |
| <b>Propriedades de investimentos</b>                       |       |                    |                   |
| Terrenos e recursos naturais                               |       |                    |                   |
| <b>Activos intangíveis</b>                                 | 4     | 9 721 524          | 9 863 939         |
| Programas de computador                                    | 5     | 2 065              | 16 638            |
| Propriedade industrial                                     |       | 137                | 273               |
| Participação financeira-Método da equivalência patrimonial | 6     | 9 60 588           | -                 |
| Participações financeiras - outros métodos                 | 7     | 15 000             | 10 000            |
| Accionistas/Sócios   | 8     | 466 794            | 431 027           |
| Outros activos financeiros                                 | 13    | 11 027             | -                 |
| <b>Total do activo não corrente</b>                        |       | <b>10 576 347</b>  | <b>10 434 844</b> |
| <b>Activo Corrente</b>                                     |       |                    |                   |
| Financiamentos concedidos                                  |       | -                  | -                 |
| Inventários  |       | -                  | -                 |
| Terrenos   |       |                    |                   |
| Produtos e trabalhos em curso                              | 9     | 270 874            | 142 862           |
| Clientes   | 10    | 24 093             | -                 |
| Estados e outras entidades públicas                        | 11    | 66 160             | 499 530           |
| Outras contas a receber                                    | 12    | 11 794             | 14 533            |
| Acréscimos e diferimentos                                  | 13    | 155 490            | 1 920             |
| Outros activos financeiros                                 | 13    | 61                 | 539               |
| Caixa e depósitos bancários                                | 14    | 238 731            | 180 709           |
| <b>Total do activo corrente</b>                            |       | <b>752 299</b>     | <b>830 140</b>    |
| <b>Total do Activo</b>                                     |       | <b>11 328 646</b>  | <b>11 274 984</b> |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>                           |       |                    |                   |
| <b>Capital Próprio</b>                                     |       |                    |                   |
| Capital realizado  | 15    | 2 414 086          | 2 414 086         |
| Outras variações no capital próprio                        |       | 416                | 416               |
| Resultados transitados                                     |       | ( 346 636)         | ( 369 655)        |
| Resultados líquido do período                              |       | ( 170 169)         | 26 010            |
| <b>Total do capital próprio</b>                            |       | <b>1 903 698</b>   | <b>2 073 866</b>  |
| <b>PASSIVO</b>   |       |                    |                   |
| <b>Passivo não corrente</b>                                |       |                    |                   |
| Provisões  | 16    | 16 688             | 16 688            |
| Financiamentos Obtidos                                     | 17    | 782 559            | 810 482           |
| Adiantamentos de clientes                                  | 18    | 4 194 875          | 1 015 034         |
| Outras contas a pagar                                      | 19    | 6 529 652          | 6 664 826         |
| <b>Total do Passivo não corrente</b>                       |       | <b>8 633 775</b>   | <b>8 516 549</b>  |
| <b>Passivo Corrente</b>                                    |       |                    |                   |
| Fornecedores   |       | 1 521              | 1 608             |
| Adiantamentos de clientes                                  | 18    | 16 201             | 164 295           |
| Estados e outros entes públicos                            | 11    | 15 867             | 26 494            |
| Financiamentos obtidos                                     | 17    | 543 912            | 350 541           |
| Outras contas a pagar                                      | 19    | 216 572            | 267 720           |
| <b>Total do passivo Corrente</b>                           |       | <b>791 173</b>     | <b>684 568</b>    |
| <b>Total do passivo</b>                                    |       | <b>9 424 948</b>   | <b>9 201 117</b>  |
| <b>Total de Capital Próprio e do Passivo</b>               |       | <b>11 328 646</b>  | <b>11 274 984</b> |

O Conselho de Administração

Luís Nataniel Silva  
 - Presidente -

Hercules Jorge Vieira

- Administrador -

Rui Cardoso Santos

- Administrador -

João Lima Spencer

- Administrador -

Carlos Querido Borges

- Administrador -

Técnico de Contas

Adilson Ildo O.G. Correia

# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ILHAS BOA VISTA E MAIO - SDTIBM, S.A  
NIF: 454300040

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E  
1 DE JANEIRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(valores expressos e milhares de Escudos - mCVE)

| RUBRICAS   | PERÍODO |                   |                |
|--|---------|-------------------|----------------|
|  | Notas   | 2016              | 2015           |
|  |         | Valores           | Valores        |
| Vendas e Prestações de serviços  | 20      | 30                | 576 021        |
| Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e emprend conjuntos                  | 6       | ( 99 929)         | -              |
| Gastos com mercadorias vendidas e materias consumidas                                    | 21      | 0                 | ( 404 164)     |
| <b>Resultado operacional bruto</b>   |         | <b>( 99 893)</b>  | <b>172 757</b> |
| Fornecimentos e serviços externos  | 22      | ( 28 530)         | ( 28 257)      |
| <b>Valor acrescentado bruto</b>  |         | <b>( 138 451)</b> | <b>144 500</b> |
| Gastos com pessoal   | 23      | ( 48 245)         | ( 47 696)      |
| Outros rendimentos e ganhos  | 24      | 101 391           | 29 649         |
| Outros gastos e perdas   | 25      | ( 42 844)         | ( 40 808)      |
| <b>Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financ. e imposto</b> |         | <b>( 128 350)</b> | <b>76 646</b>  |
| Gastos/Reversões de depreciação e de amortização   | 3 e 5   | ( 12 855)         | ( 12 514)      |
| Perdas/Reversões por imparidade de activos depreciaáveis/amortizáveis                    |         |                   |                |
| <b>Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e imposto)</b>         |         | <b>( 141 205)</b> | <b>64 132</b>  |
| Juros e ganhos similares   | 26      | 15 856            | 480            |
| juros e perdas similares   | 27      | ( 45 610)         | ( 35 417)      |
| <b>Resultado antes de impostos</b>   |         | <b>( 169 949)</b> | <b>29 195</b>  |
| Imposto sobre rendimentos do período   | 28      | ( 220)            | ( 176)         |
| <b>Resultado líquido do período</b>  |         | <b>( 170 169)</b> | <b>29 019</b>  |
| <b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>  |         |                   |                |
| Detentores do capital da empresa-mãe   |         | ( 170 169)        | 29 019         |
| Resultado por acção básico (Esc)   | 29      | ( 705)            | 120            |

O Conselho de Administração

Luis Nataniel Silva

- Presidente -

Hercules Jorge Vieira

-Administrador-

Rui Cardoso Santos

-Administrador-

João Lima Spencer

-Administrador-

Carlos Querido Borges

-Administrador-

Técnico de Contas

Adilson Ilídio Q.G. Correia

# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## MAPA DE FLUXO DE CAIXA

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ILHAS BOA VISTA E MAIO - SDTIBM, S.A  
NIF: 252300343

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA  
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E  
1 DE JANEIRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(valores expressos e milhares de Escudos - mCVE)

| RUBRICAS  | PERÍODO |              |            |
|---|---------|--------------|------------|
|   | Notas   | 2016         | 2015       |
|   |         | Valores      | Valores    |
| Método Directo  |         |              |            |
| <u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>     |         |              |            |
| Recebimentos de clientes                                |         | 305 613      | 490 819    |
| Pagamentos a fornecedores                               |         | ( 76 887)    | ( 27 944)  |
| Pagamentos ao pessoal                                   |         | ( 46 188)    | ( 32 327)  |
| Caixa gerada pelas operações                            |         |              |            |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento     |         | 242 608      | 418 648    |
| Outros recebimentos/pagamentos                          |         | ( 6 062)     | ( 07)      |
| Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)        |         | ( 49 828)    | ( 48 571)  |
| <u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>  |         |              |            |
| Pagamentos respeitantes a:                              |         |              |            |
| Activos fixos tangíveis                                 |         | ( 1 347)     | ( 4 087)   |
| Activos intangíveis                                     |         | ( 8 335)     | ( 4 717)   |
| Investimentos financeiros                               |         | ( 611 292)   |            |
| Recebimentos provenientes de:                           |         |              |            |
| Investimentos financeiros                               |         | 69 410       |            |
| Juros e rendimentos similares                           |         | 16 401       | 115        |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)     |         | ( 542 104)   | ( 8 689)   |
| <u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u> |         |              |            |
| Recebimentos provenientes de:                           |         |              |            |
| Financiamentos obtidos                                  |         | 1 453 940    | 140 345    |
| Pagamentos respeitantes a:                              |         |              |            |
| Financiamentos obtidos                                  |         | ( 1 144 204) | ( 484 025) |
| Juros e gastos similares                                |         | ( 119 906)   | ( 24 000)  |
| Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)    |         | 189 830      | ( 367 679) |
| Varição de caixa e seus equivalentes (1-2+3)            |         | ( 165 615)   | ( 6 358)   |
| Caixa e seus equivalentes no início do período          |         | 180 622      | 186 980    |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período             | 14      | 15 006       | 180 622    |

O Conselho de Administração

Luís Nataniel Silva

- Presidente -

Hereules Jorge Vieira

- Administrador -

Rui Cardoso Santos

- Administrador -

João Lima Spencer

- Administrador -

Carlos Querido Borges

- Administrador -

Técnico de Contas

Adilson Ilido, Q.G. Correia

# SDTIBM - RELATÓRIO E CONTAS 2016

## MAPA DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ILHAS ROXAS VISTA E MAIO - SYSTEM S.A.  
 NIF: 502209943

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
 PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (valores expressos em milhares de Escudos - M€)

| NOTAS   | DESCRICÃO  | Capital próprio atribuído aos operadores do capital |              |   |                                 |                            | Total      |
|---------|--|---|--------------|---|---------------------------------|----------------------------|------------|
|         |  | Capital realizado                                   | Reservados   | Reserva de substituição e suplementares | Instrumentos de Capital Próprio | Ajustamentos de Avaliações |            |
| 1       | POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016  | 2.111.086   | ( 1.043.431) | 106                                     |                                 |                            | 1.073.761  |
| 2       | ALTERAÇÕES REPERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO<br>Resultado líquido do período |   |              |   |                                 |                            | 29.000     |
| 3       | OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO   |   |              |   |                                 |                            | 29.000     |
| 4       | OUTRAS OPERAÇÕES<br>Aumento do resultado do exercício anterior                                       |   | ( 1.077.927) |   |                                 |                            | 137.797    |
| 1+2+3+4 | POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016   | 2.111.086   | ( 2.121.358) | 106                                     |                                 |                            | 2.027.834  |
| 5       | ALTERAÇÕES REPERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO<br>Resultado líquido do período |   | ( 299.653)   | 106                                     |                                 |                            | 29.000     |
| 2       | OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO   |   |              |   |                                 |                            | ( 179.809) |
| 3       | OUTRAS OPERAÇÕES   |   |              |   |                                 |                            | ( 179.809) |
| 1+2+3+4 | POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016   | 2.111.086   | ( 2.421.011) | 106                                     |                                 |                            | 598.372    |

  
 Fernando de Almeida  
 Administrador

Luís Nazarinho Silva  
 Presidente  
 Fernando Jorge Vieira  
 Administrador  
 Rui Cardoso Santos  
 Administrador  
 João Luís Spencer  
 Administrador  
 Carlos Querido Borges  
 Administrador

Conselho de Administração  
  
 Carlos Queiroz

# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Todos os montantes estão expressos em milhares de Escudos - mCVE)

### INTRODUÇÃO

A SDTIBM foi constituída pelo Decreto-Lei nº 36/2005, de 6 de Junho, o qual foi alterado pelo Decreto-Lei nº 7/2010, de 22 de Março. O âmbito da sua atuação foi inicialmente estabelecido pelo Decreto - Legislativo nº 1/2005, de 19 de Janeiro, o qual veio a ser alterado pela Lei nº 75/VI/2010. O capital social, no montante de 2 4 14 086 milhares de escudos (mCVE), é detido por entidades públicas (ver Nota 15).

O objeto social da SDTIBM é definido pelo seu Estatuto e consiste no planeamento físico, na gestão e administração das zonas turísticas especiais (Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral e Zonas de Reserva e Proteção Turística) nas Ilhas da Boa Vista e do Maio, com vista à promoção e desenvolvimento do turismo.

### NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são elaboradas, de acordo com o SNCRF - Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, em vigor em Cabo Verde, o qual foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 5/2008, de 04 de Fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mCVE).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação em Novembro de 2017.

### NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

#### 1.1. Ativos fixos tangíveis e depreciações

Os ativos fixos tangíveis da SDTIBM encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor, acrescido de despesas de compra e instalação.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, sempre que melhorem o nível de desempenho original do ativo ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo do ativo possa

## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal.

As principais taxas utilizadas, que se aproximam-se das requeridas para, durante o período de vida útil estimada dos diferentes componentes dos ativos fixos tangíveis, reduzir o seu custo ao valor residual esperado, são as seguintes:

|                                |             |
|--------------------------------|-------------|
| Edifícios e outras construções | 4%          |
| Equipamento de transporte      | 12,5%       |
| Equipamento administrativo     | 8,33% a 25% |
| Outros ativos fixos tangíveis  | 10 a 33,33% |

### **1.2. Ativos intangíveis e amortizações**

Compreendem programas de computador. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de atividade operacional, ao longo de três anos.

### **1.3. Participações financeiras**

Referem-se à participação de 60% na AEB, adquirida no exercício de 2016. A Sociedade exerce controlo sobre a participada, encontrando-se, por isso, a participação valorizada de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial.

Segundo este método, o investimento é inicialmente registado pelo seu custo e, posteriormente, ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor no capital próprio da participada.

Os preceitos contabilísticos vigentes em Cabo Verde não contemplam a preparação e apresentação de contas consolidadas.

### **1.4. Propriedades de investimento**

Compreendem terrenos detidos para valorização do capital a longo prazo e encontram-se valorizados ao custo de aquisição, acrescido de despesas adicionais incorridas para as colocar no estado em que se encontram, incluindo nomeadamente indemnizações devidas aos ex-possuidores, estudos, registos notariais e processos comprovativos de posse. Na falta de uma avaliação atualizada desses bens não se procedeu à determinação do justo valor.

Não são objeto de depreciação.

### **1.5. Imparidade de ativos**

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização e as participações financeiras são revistos, quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa

não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

### **1.6. Inventários e ajustamentos**

Referem-se a terrenos adquiridos para a venda, valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais incorridas para as colocar no estado em que se encontram.

Os ajustamentos em inventários são calculados com o objetivo de fazer face às perdas de valor em inventários, a apurar com referência em critérios de avaliação comercial e de gestão.

### **1.7. Contas a receber de Clientes e Outros devedores e imparidade**

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal (histórico) ou, caso aplicável, pelo valor descontado, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Nota 10).

Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são, havendo, objeto de ajustamento por imparidade.

### **1.8. Empréstimos obtidos**

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos quando incorridos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados. Os empréstimos são registados pelo valor líquido dos gastos de operação, os quais são considerados como uma parcela dos juros suportados em cada período.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os encargos financeiros resultantes de empréstimos obtidos integram o custo dos empreendimentos que financiam, durante o período de construção.

### **1.9. Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outros investimentos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os

descobertos bancários apresentados no balanço na rubrica de Financiamentos obtidos.

### **1.10. Responsabilidades assumidas com o pessoal**

De acordo com a legislação Caboverdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, gasto este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. A Sociedade não reconhece esta responsabilidade nas suas demonstrações financeiras.

Os trabalhadores encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema contributivo de proteção social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, pelo que a SDTIBM não assume qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

### **1.11. Conversão cambial – transações e saldos**

Todos os ativos e passivos da Sociedade expressas em moedas estrangeiras foram convertidos para Escudos cabo-verdianos, utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As transações em moeda estrangeira foram expressas, essencialmente, em Euros, cuja paridade para Escudos é fixa (1 Euro equivale a 110\$265). As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como ganhos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

### **1.12. Reconhecimento do rédito**

Os réditos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador.

### **1.13. Especialização de exercícios**

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são registadas no balanço nas rubricas de Outras contas a pagar e Outras contas a receber.

### **1.14. Classificação como corrente e não corrente**

Os ativos e passivos são classificados como correntes e não correntes tendo em conta o ciclo de exploração da Sociedade. Com base neste critério, poderão ser incluídos no Ativo Corrente montantes cuja realização não se espera que ocorra nos próximos 12 meses, nomeadamente no caso de Inventários. Sempre que isto se



verifica, é divulgado o valor em relação ao qual a expectativa de regularização é superior a 12 meses.

### **1.15. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos**

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2012 a 2016 podem vir a ser corrigidos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

### **1.16. Provisões**

São constituídas provisões no balanço sempre que a Sociedade identifica uma obrigação presente (legal ou construtiva) que resulta de acontecimentos passados e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação.

## 1.17. Gestão de riscos financeiros

A exposição da Sociedade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro.

### (i) Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado que existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efetuadas as vendas ao estrangeiro e são expressas as operações com entidades estrangeiras.

### (ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Sociedade sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não são contratados instrumentos de fixação das taxas de juro.

### (iii) Risco de crédito

Não se reconhece existir risco elevado de crédito dado que a transmissão de propriedade só é efetuada após a liquidação dos valores em dívida.

### (iv) Risco de liquidez

A Sociedade tem recorrido a créditos bancários de curto prazo para financiar os seus investimentos e necessidades de tesouraria.

## 1.18. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias atuais.

## 2 Fluxos de Caixa

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa.

### NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nestas rúbricas decompõem-se como segue (em mCVE):

## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

|   | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e Outras Construções | Equipamentos de Transporte | Equipamentos Administrativos | Outros Activos Fixo Tangível |
|---|------------------------------|--------------------------------|----------------------------|------------------------------|------------------------------|
| <b>POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2015</b>   |                              |                                |                            |                              |                              |
| Valor de aquisição                      | 3 575 306                    | 110 121                        | 10 552                     | 26 773                       | 6 728                        |
| Depreciação acumulada                   | -                            | ( 13 214)                      | ( 8 139)                   | ( 23 375)                    | ( 5 926)                     |
| Valor escriturado                       | <u>3 575 306</u>             | <u>96 907</u>                  | <u>2 413</u>               | <u>3 398</u>                 | <u>802</u>                   |
| <b>VARIAÇÕES EM 2015</b>                |                              |                                |                            |                              |                              |
| Valor líquido inicial                   | 3 575 306                    | 96 907                         | 2 413                      | 3 398                        | 802                          |
| Aquisições                              | -                            | -                              | -                          | 2 972                        | -                            |
| Transferências                          | (3 574 839)                  | -                              | -                          | -                            | -                            |
| Depreciação do exercício                | -                            | ( 4 405)                       | ( 832)                     | ( 1 760)                     | ( 394)                       |
| Valor líquido                           | <u>467</u>                   | <u>92 502</u>                  | <u>1 582</u>               | <u>4 610</u>                 | <u>408</u>                   |
| <b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b> |                              |                                |                            |                              |                              |
| Valor de aquisição                      | 467                          | 110 121                        | 10 552                     | 29 745                       | 6 728                        |
| Depreciação acumulada                   | -                            | ( 17 619)                      | ( 8 971)                   | ( 25 135)                    | ( 6 320)                     |
| Valor escriturado                       | <u>467</u>                   | <u>92 502</u>                  | <u>1 582</u>               | <u>4 610</u>                 | <u>408</u>                   |
| <b>VARIAÇÕES EM 2016</b>                |                              |                                |                            |                              |                              |
| Valor líquido inicial                   | 467                          | 92 502                         | 1 582                      | 4 610                        | 408                          |
| Aquisições                              | -                            | -                              | -                          | 702                          | 978                          |
| Depreciação do exercício                | -                            | ( 4 405)                       | ( 832)                     | ( 2 050)                     | ( 461)                       |
| Valor líquido                           | <u>467</u>                   | <u>88 097</u>                  | <u>750</u>                 | <u>3 263</u>                 | <u>925</u>                   |
| <b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b> |                              |                                |                            |                              |                              |
| Valor de aquisição ou reavaliado        | 467                          | 110 121                        | 10 552                     | 30 447                       | 7 706                        |
| Depreciação acumulada                   | -                            | ( 22 024)                      | ( 9 802)                   | ( 27 185)                    | ( 6 781)                     |
| Valor escriturado                       | <u>467</u>                   | <u>88 097</u>                  | <u>750</u>                 | <u>3 263</u>                 | <u>925</u>                   |

Em 2015, as transferências de Terrenos no valor de mCVE 3 574 839 para Propriedade de investimento em 2015 (ver Nota 4) visaram uma melhor classificação contabilística dos referidos terrenos.

### **NOTA 4 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTOS**

Compreendem terrenos detidos para valorização a longo prazo e não para venda a curto prazo no curso ordinário do negócio da Sociedade, valorizados ao custo de aquisição, acrescido de todos os custos adicionais associados, nomeadamente, indemnizações, estudos, avaliação, registos notariais e processos comprovativos de posse. Os movimentos ocorridos nestas rúbricas decompõem-se como segue (em mCVE):

|   | ZDTI de Boa Vista | ZDTI de Maio     | Outros Terrenos | Total Geral      |
|---|-------------------|------------------|-----------------|------------------|
| <b>POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2015</b>   |                   |                  |                 |                  |
|   | <u>4 140 966</u>  | <u>2 200 085</u> | <u>33 317</u>   | <u>6 374 368</u> |
| <b>VARIAÇÃO EM 2015</b>                 |                   |                  |                 |                  |
| Reclassificação                         | 3 075 200         | 499 638          | -               | 3 574 838        |
| Transferência para Inventário           | ( 65 267)         | -                | -               | ( 65 267)        |
| <b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b> |                   |                  |                 |                  |
|   | <u>7 150 899</u>  | <u>2 699 723</u> | <u>33 317</u>   | <u>9 883 939</u> |
| <b>VARIAÇÃO EM 2016</b>                 |                   |                  |                 |                  |
| Transferência para Inventário           | ( 128 012)        | -                | -               | ( 128 012)       |
| Alienação                               | ( 1 085)          | -                | ( 33 317)       | ( 34 402)        |
| <b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b> |                   |                  |                 |                  |
|   | <u>7 021 802</u>  | <u>2 699 723</u> | <u>-</u>        | <u>9 721 524</u> |

Conforme referido na Nota 3, foram, em 2015, transferidos de Ativos fixos tangíveis para Propriedades de investimentos terrenos no valor mCVE 3 574 839, visando a melhor classificação contabilística dos mesmos.

## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

Em 2016, uma parcela do terreno localizado no ZDTI de Boa Vista/Santa Mónica, cujo custo ascendia a mCVE 128 012, foi transferida para a rubrica de Inventários, tendo por expectativa a sua venda em 2017 (ver Nota 9). Adicionalmente, foram alienados terrenos à AEB, no valor total de mCVE 34 402.

As Propriedades de investimento não foram objeto de avaliação, pelo que não foi divulgado o respetivo justo valor.

### NOTA 5 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2016 e 2015 nestas rubricas decompõem-se como segue (em mCVE):

|   | Propriedade Industrial | Programas de computador | Estudos e projectos |
|---|------------------------|-------------------------|---------------------|
| <b>POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2015</b>   |                        |                         |                     |
| Valor de aquisição                      | 1 079                  | 3 161                   | 133 635             |
| Depreciação acumulada                   | ( 670)                 | ( 2 934)                | ( 133 635)          |
| <b>Valor escriturado</b>                | <b>409</b>             | <b>228</b>              | <b>-</b>            |
| <b>VARIAÇÕES EM 2015</b>                |                        |                         |                     |
| Valor líquido inicial                   | 409                    | 228                     | -                   |
| Aquisições                              | -                      | 14 796                  | -                   |
| Depreciação do exercício                | ( 136)                 | ( 4 986)                | -                   |
| <b>Valor líquido</b>                    | <b>273</b>             | <b>10 038</b>           | <b>-</b>            |
| <b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b> |                        |                         |                     |
| Valor de aquisição                      | 1 079                  | 17 957                  | 133 635             |
| Depreciação acumulada                   | ( 806)                 | ( 7 920)                | ( 133 635)          |
| <b>Valor escriturado</b>                | <b>273</b>             | <b>10 038</b>           | <b>-</b>            |
| <b>VARIAÇÕES EM 2016</b>                |                        |                         |                     |
| Valor líquido inicial                   | 273                    | 10 038                  | -                   |
| Aquisições                              | -                      | -                       | -                   |
| Depreciação do exercício                | ( 136)                 | ( 4 972)                | -                   |
| <b>Valor líquido</b>                    | <b>137</b>             | <b>5 066</b>            | <b>-</b>            |
| <b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b> |                        |                         |                     |
| Valor de aquisição                      | 1 079                  | 17 957                  | 133 635             |
| Depreciação acumulada                   | ( 942)                 | ( 12 891)               | ( 133 635)          |
| <b>Valor escriturado</b>                | <b>137</b>             | <b>5 066</b>            | <b>-</b>            |

### NOTA 6 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Refere-se à participação de 60% na AEB, correspondentes a 28 800 ações, adquirida no exercício de 2016, pelo montante total de mCVE 360 511. Do total das ações adquiridas, 23.040 estão penhoradas a favor da Caixa Económica de Cabo Verde.

A quota parte da Sociedade no capital próprio da AEB na data de aquisição foi de mCVE 288 000, originando um goodwill no montante de mCVE 72 511. O goodwill apurado faz parte integrante do valor escriturado da participação.

## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

A Sociedade exerce controlo sobre a participada, encontrando-se, por isso, a participação valorizada de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial.

Durante o exercício de 2016, o valor escriturado da participação foi reduzido em mESC 99 923, que correspondem à quota parte nos resultados negativos do exercício da AEB.

As informações financeiras da participada à data de 31 de Dezembro de 2016 resume-se como segue (em mESC):

|                   |           |
|-------------------|-----------|
| Total ativo       | 2 550 842 |
| Capital próprio   | 313 462   |
| Total passivo     | 2 237 380 |
| Rendimentos       | 1 003 685 |
| Resultado líquido | (166 538) |

### NOTA 7 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

Referem-se a adiantamentos efetuados à Câmara Municipal do Maio por conta de futura participação da SDTIBM na Empresa de Água e Energia do Maio, em processo de criação.

### NOTA 8 - ACIONISTAS

O saldo a receber de acionistas resulta da construção pela SDTIBM das seguintes infraestruturas do domínio público do Estado e do domínio público municipal:

|  | mCVE           |                |
|--|----------------|----------------|
|  | 2016           | 2015           |
| <b>Investimentos por conta do Estado</b>                 |                |                |
| Via Estruturante   | 333 917        | 322 615        |
| Via Principal de Chaves                                  | 30 944         | 30 944         |
|  | <b>364 862</b> | <b>353 559</b> |
| <b>Investimentos por conta do Município da Boa Vista</b> |                |                |
| Estudos e Projectos                                      | 25 042         | 12 033         |
| Requalificação Urbana do Largo Santa Isabel              | 7 467          | 5 400          |
|  | <b>32 510</b>  | <b>17 433</b>  |
| <b>Investimentos por conta do Município do Maio</b>      |                |                |
| Estudos e Projectos                                      | 12 541         | 12 541         |
| Via de ligação ao Nucleo 1 da ZDTI de Maio               | 32 037         | 32 037         |
| Obras de requalificação                                  | 27 552         | 15 456         |
|  | <b>72 131</b>  | <b>60 035</b>  |
|  | <b>469 502</b> | <b>431 027</b> |

O valor debitado aos acionistas compreende, além do custo de construção, os encargos financeiros resultantes dos financiamentos contraídos para o efeito, tanto os juros vencidos como os juros vincendos, este último, no valor remanescente à data do balanço de mCVE 299 388 (2015: mCVE 350 249), com contrapartida em Outras contas a pagar (ver Nota 19), nos casos em que a infraestrutura construída tenha sido transferida para o acionista.

# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## NOTA 9 - INVENTÁRIOS

|                              |      | mCVE           |                |
|------------------------------|------|----------------|----------------|
|                              |      | 2016           | 2015           |
| Mercadorias                  | (i)  | 270 874        | 142 862        |
| Produtos e trabalho em curso | (ii) | 24 093         | -              |
|                              |      | <u>294 967</u> | <u>142 862</u> |

### (i) Mercadorias

Refere-se ao custo dos seguintes terrenos, cuja venda é expetável que ocorra a curto prazo:

| Descrição                      | 2016             |                |                | 2015           |                |                |
|--------------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                                | Terreno (m2)     | Custo Unitário | Valor (mCVE)   | Terreno (m2)   | Custo Unitário | Valor (mCVE)   |
| ZDTI de ST <sup>a</sup> Monica | 654 427          | 242            | 158 469        | 125 777        | 242            | 30 457         |
| ZDTI de Chaves                 | 200 000          | 176            | 35 120         | 200 000        | 176            | 35 120         |
| ZDTI Sul da Vila do Maio       | 500 000          | 155            | 77 285         | 500 000        | 155            | 77 285         |
| <b>Total</b>                   | <u>1 354 427</u> |                | <u>270 874</u> | <u>825 777</u> |                | <u>142 862</u> |

Em 2016, foi transferido da rubrica propriedade de investimento uma parcela do terreno da ZDTI de Santa Mónica, no valor de mECV 128 012, dado ser expetável a sua venda durante o ano 2017.

### (ii) Produtos e trabalho em curso

Referem -se a custos com projetos de execução de redes infraestruturas primarias a serem executadas nas ZDTI de Santa Monica e Lacacão

Não é considerado necessário, em 31 de dezembro de 2016, qualquer ajustamento para fazer face a imparidade associada a esses inventários, por referência a critérios de avaliação técnico-comercial.

## NOTA 10 – CLIENTES

|   |  | mCVE          |                |
|---|--|---------------|----------------|
|   |  | 2016          | 2015           |
| Decameron New Horizon                                     |  | 66 160        | 187 452        |
| The Resort Group PLC (White Sands Beach Hotel & SPA, Lda) |  | -             | 312 105        |
|   |  | <u>66 160</u> | <u>499 556</u> |

O saldo a receber da Decameron New Horizont resulta da venda de um terreno localizado em Chaves, pelo preço de mCVE 570 166. O pagamento, nos termos contratuais, deveria ocorrer no prazo máximo de um ano.

## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

O valor a receber da The Resort Group em 2015, resultante da venda em Novembro de 2012 de um terreno localizado em ZDTI de Santa Mónica, pelo preço de mCVE 928 149, foi regularizado em 2016, sendo mCVE 179 931 recebidos em dinheiro e mCVE 132 174 por contrapartida de adiantamentos de clientes (ver Nota 18).

Não é considerado necessário o reconhecimento de perdas por imparidade em saldos a receber de clientes, tendo por referência critérios de gestão e de avaliação comercial.

### NOTA 11 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O saldo desta rubrica tem a seguinte composição:

|  | mCVE              |               |
|--|-------------------|---------------|
|  | 2016              | 2015          |
| <b>Saldo devedor</b>                                     |                   |               |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado                       | (i) <u>11 734</u> | <u>14 553</u> |
| <b>Saldo Credor</b>                                      |                   |               |
| Retenção de Imposto sobre Rendimento                     | (ii) 2 918        | 1 500         |
| Previdência Social                                       | (ii) 522          | 532           |
| Imposto Único sobre Rendimentos de exercícios anteriores | (iii) 12 428      | 18 353        |
| Imposto corrente a pagar                                 | -                 | 109           |
|  | <u>15 867</u>     | <u>20 494</u> |

#### (i) Imposto sobre o Valor Acrescentado

O saldo desta rubrica corresponde ao montante do IVA dedutível nas faturas dos fornecedores.

#### (ii) Retenção do Imposto Único sobre Rendimento/ Previdência Social

Correspondem (i) às retenções do imposto sobre os rendimentos efetuados aos empregados e trabalhadores independentes e (ii) às contribuições da Sociedade para a previdência social, ambas referentes ao mês de dezembro de 2016 e liquidadas em janeiro de 2017.

#### (iii) Imposto Único sobre Rendimentos de exercícios anteriores

O saldo desta rubrica representa o remanescente do imposto sobre lucros relativo ao exercício de 2012 pendente de liquidação.

### NOTA 12 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo desta rubrica tem a seguinte composição:

## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

|                              |      | mCVE           |              |
|------------------------------|------|----------------|--------------|
|                              |      | 2016           | 2015         |
| Águas e Energia da Boa Vista | (i)  | 135 578        | -            |
| Decameron New Horizont       | (ii) | 17 994         | -            |
| Outros                       |      | 1 918          | 1 920        |
|                              |      | <u>155 490</u> | <u>1 920</u> |

### (i) Água e Energias de Boa Vista (AEB)

Refere-se à venda de terrenos à AEB para instalação da parcela técnica de Chaves e Lacação. O pagamento será feito mediante disponibilidade de tesouraria da AEB, num período máximo de três anos a contar da data de faturação, sem juros.

### (ii) Decameron New Horizont

Refere-se, essencialmente, aos juros a receber da Decameron no âmbito do acordo tripartido assinado com a Ecobank (ver Nota 32).

### NOTA 13 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Corresponde à parcela remanescente do financiamento concedido à AEB, no âmbito do acordo de compra e venda das ações desta participada, nos seguintes termos:

- Financiamento no valor de mCVE 238 026, concedido em março de 2016, com a finalidade de liquidar o remanescente do crédito contraído pela AEB junto do BPI – Portugal. O Financiamento vence juros anuais a taxa de 9%, e será reembolsado em 6 prestações trimestrais, com início em junho 2016 e término em setembro de 2017.

Financiamento no valor de mCVE 44 106 (sendo mCVE 11 027 correspondente a parcela não corrente), não remunerado, para ser reembolsado em quatro prestações semestrais, tendo a primeira prestação vencida em novembro de 2016. Este financiamento tem como objetivo a aquisição de dois geradores novos e seus componentes.



# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## NOTA 14 – CAIXA E BANCOS

|   | mCVE          |                |
|---|---------------|----------------|
|   | 2016          | 2015           |
| <b>Caixa</b>                                    | <u>6</u>      | <u>4</u>       |
| <b>Depósito à Ordem</b>                         |               |                |
| Caixa Económica de Cabo Verde                   | 1 231         | 96             |
| Banco Cabo Verdeano de Negócios                 | 1 397         | 2 781          |
| Banco Comercial do Atlântico                    | 84            | 1 830          |
| Banco Interatlântico                            | -             | -              |
| Ecobank   | 1 668         | 165 998        |
|   | <u>4 380</u>  | <u>170 705</u> |
| <b>Depósito a prazo</b>                         | <u>10 769</u> | <u>10 000</u>  |
| <b>Total Disponibilidades</b>                   | <u>15 155</u> | <u>180 709</u> |
| Descobertos bancários                           | <u>( 149)</u> | <u>( 87)</u>   |
| <b>Caixa e equivalentes nos fluxos de caixa</b> | <u>15 006</u> | <u>180 622</u> |

Os valores relativos aos descobertos bancários encontram-se incluídos na rubrica de Financiamentos obtidos (ver Nota 17).

## NOTA 15 – CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2016 e em 2015 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital social da SDTIBM encontra-se totalmente realizado pelo Estado e pelos Municípios da Boa Vista e do Maio, na proporção constante do quadro seguinte:

|                               | %           | mCVE             |
|-------------------------------|-------------|------------------|
| Estado de Cabo Verde          | 51%         | 1 231 184        |
| Câmara Municipal da Boa Vista | 35%         | 844 930          |
| Câmara Municipal do Maio      | 14%         | 337 972          |
| <b>Total</b>                  | <u>100%</u> | <u>2 414 086</u> |

Segundo os estatutos, aos lucros líquidos apurados será dada a seguinte aplicação:

- (a) Reserva legal ou outras reservas que a lei determinar ou a Assembleia deliberar
- (b) Cobertura de eventuais prejuízos de exercícios anteriores

## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

(c) Uma percentagem para a constituição de quaisquer outros fundos ou reservas, mediante aprovação da Assembleia Geral.

(d) Valor remanescente para dividendos aos acionistas.

As reservas legais só podem ser utilizadas (i) para cobrir a parte do prejuízo registado no balanço de cada exercício que não possa ser coberta pela utilização de outras reservas, (ii) para cobrir os prejuízos transitados de exercícios anteriores que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e (iii) para incorporação no capital estatutário.

Conforme o processo judicial instaurado por um terceiro contra o Estado de Cabo Verde no Tribunal da Comarca da Praia, a SDTIBM ficou como fiel depositário de 10% das ações pertencente ao acionista Estado de Cabo Verde.

### *NOTA 16 – PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO*

O saldo desta rubrica corresponde ao valor de indemnizações que se estima venha a ser exigível aquando do desfecho do processo judicial intentado em 2007 pelos ex-trabalhadores João Medina e Jorge Teixeira. O valor provisionado representa a melhor estimativa do valor a ser pago, na opinião dos serviços jurídicos da Sociedade.

### *NOTA 17 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS*

|  | 2016           |                 |                  | 2015           |                 |                  |
|--|----------------|-----------------|------------------|----------------|-----------------|------------------|
|  | Corrente       | Não<br>Corrente | Total            | Corrente       | Não<br>Corrente | Total            |
| <b>Empréstimos Bancários</b>               |                |                 |                  |                |                 |                  |
| Caixa Económica de Cabo Verde              | A 36 922       | 591 615         | 628 538          | 34 055         | 628 538         | 662 593          |
| Banco Interatlântico (c/c caucionada)      | B 288 970      | -               | 288 970          | 162 028        | -               | 162 028          |
| Banco Caboverdeano de Negócios             | C 217 871      | -               | 217 871          | -              | -               | -                |
| Banco Interatlântico (descoberto bancário) | 149            | -               | 149              | 87             | -               | 87               |
|  | 543 912        | 591 615         | 1 135 528        | 196 170        | 628 538         | 824 708          |
| <b>Empréstimos de acionistas</b>           |                |                 |                  |                |                 |                  |
| Estado de Cabo verde                       | D -            | 190 944         | 190 944          | -              | 190 944         | 190 944          |
| <b>Outros Empréstimos</b>                  |                |                 |                  |                |                 |                  |
| Bucan Construções Imobiliários             | E -            | -               | -                | 154 371        | -               | 154 371          |
|  | <u>543 912</u> | <u>782 559</u>  | <u>1 326 472</u> | <u>350 541</u> | <u>819 482</u>  | <u>1 170 023</u> |

#### **A Caixa Económica de Cabo Verde**

Representa o saldo remanescente de um empréstimo contraído em agosto de 2012, no montante de mCVE 771 855, para financiar (i) a construção da Via Estruturante da Boa Vista e (ii) a construção do edifício da sede da Sociedade. Vence juros à taxa anual de 8,25% e é reembolsável em 30 prestações semestrais.

O empréstimo encontra-se garantido por hipoteca de um trato de terreno com 119,3 hectares, registado em Propriedades de Investimento, cujo saldo contabilístico à data do balanço ascende a mCVE 628 538.

### **B Banco Interatlântico**

O saldo desta rubrica corresponde à utilização parcial de um empréstimo sob a modalidade de conta corrente caucionada, no montante de mCVE 320 000, contratado em 16 de Julho de 2009, por um período de doze meses, renovável, destinado a financiar o plano de atividade da SDTIBM. Vence juros à taxa anual de 9,5%.

O empréstimo encontra-se garantido por hipoteca de um trato de terreno com 107 hectares, registado em Propriedades de Investimento, cujo saldo contabilístico à data do balanço ascende a mCVE 289 119.

### **C Banco Caboverdeano de Negocios**

O saldo corresponde à parcela remanescente de um empréstimo de curto prazo no valor de mECV 242 583, contratado em novembro de 2016, a ser reembolsado no período de um ano, remunerado à taxa anual de 8%. O empréstimo tem como garantia a hipoteca de um trato de terreno, designado por parcela 1C, localizado na ZDTI Santa Mónica, Boavista, área de 207.699,13 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz Predial da freguesia de Santa Isabel, sob o n.º 5547/0, e descrito na Conservatória dos Registos e Notariado da Boavista sob o n.º 230/20140915, cuja aquisição se acha inscrito a seu favor sob o n.º G-1 (346) Ap. 3/04-11-2013.

### **D Estado de Cabo Verde**

Trata-se de um financiamento recebido do Estado de Cabo Verde em 2007. Não vence juros e não se encontra definido o prazo de reembolso.

### **E Bucan Construções Imobiliárias**

Em 2015, o saldo correspondia à parcela remanescente do financiamento concedido pela Bucan em maio de 2009 para a construção da via estruturante, enquadrado no Protocolo estabelecido para a infraestruturização e comercialização de, aproximadamente, setecentos hectares de terrenos em Lacação (ver Nota 18). O financiamento vencia juros à taxa anual de 2%, e vinha sendo reembolsado em 5 anos, tendo a primeira prestação vencido um ano após entrega das obras em dezembro de 2011 e a última em Abril de 2016. Os reembolsos de capital e juros foram feitos mediante encontro de contas entre a SDTIBM e a Bucan, com base nos pagamentos previstos dos adiantamentos mínimos por conta de vendas futuras (ver Nota 18).

# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## NOTA 18 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Representam os saldos remanescente dos adiantamentos recebidos de clientes por conta de negócios a concretizar no futuro, como segue:

|                                       | mCVE          |                  |                |                  |
|---------------------------------------|---------------|------------------|----------------|------------------|
|                                       | 2016          |                  | 2015           |                  |
|                                       | Corrente      | Não Corrente     | Corrente       | Não Corrente     |
| Bucan - Construções e Imobiliária, SA | -             | 825 856          | -              | 668 398          |
| The Resort Group PLC                  | -             | 308 886          | 93 904         | 347 156          |
| Mendes & Mendes                       | 10 301        | -                | 10 301         | -                |
| Paraíso Boa Vista                     | -             | 60 133           | -              | -                |
|                                       | <u>10 301</u> | <u>1 194 875</u> | <u>104 205</u> | <u>1 015 554</u> |

### Bucan – Construções e Imobiliária, SA

Os principais termos e condições do Protocolo celebrado entre as partes em Abril de 2009 e respetiva adenda em Novembro de 2012, resumem-se como segue:

- A SDTIBM disponibilizou à Bucan uma área de aproximadamente de 700 hectares de terreno localizados no extremo leste da ZDTI de Santa Mónica – Lacação, sendo que este último compromete-se em investir, desenvolver e promover a realização integrada de infraestruturas, de equipamentos, de instalação turísticas, de hotelaria e imobiliário turístico na referida localização (“Empreendimento”), nos seguintes termos:
  - a) 1ª Fase: venda de 50 hectares de terreno específica e exclusivamente destinados à construção de 2 500 quartos de alta qualidade, cujas obras deverão estar concluídas até maio de 2016, o que não aconteceu;
  - b) 2ª Fase: disponibilização de 351,38 hectares, em regime de parceria entre as partes, e construção das infraestruturas internas relativas a acessos rodoviários, redes de água, eletricidade, comunicações e saneamento e a estrada principal interna de todo o Empreendimento até dezembro de 2017;
  - c) 3ª Fase: disponibilização de 169,42 hectares de terreno, em regime de parceria entre as partes, para a conclusão da construção das infraestruturas internas relativas a acessos rodoviários, água, eletricidade, comunicação, recolha e tratamento de águas residuais, num prazo máximo de 4 anos, a contar da data que a Bucan comunicar à SDTIBM da intenção de iniciar as referidas infraestruturas, sendo esta nunca superior a dezembro de 2017;
  - d) 4ª Fase: Execução da componente Campo de Golfe com início a partir do momento em que 60% do número de quartos previsto para todo o Empreendimento estiver concluído.
- A área afeta ao Empreendimento reparte-se nas seguintes categorias:

## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

- a) Categoria A: 50 hectares de terrenos destinados à construção de 2 500 quartos de alta qualidade, vendidos a Bucan ao preço de 6 euros/ m<sup>2</sup>;
  - b) Categoria B: 375,6 hectares de terreno destinados a loteamento, infraestruturação, promoção e comercialização por venda de associação entre a SDTIBM (entra com o elemento terreno) e a Bucan (entra com o elemento planeamento, loteamento, infraestrutura e comercialização), sendo o produto da venda dos lotes infraestruturados repartidos na proporção de 50% do preço entre as partes;
  - c) Categoria C: 160,5 hectares de terreno destinados a campo de golfe, atividades recreativas e serviços, que em regra serão disponibilizados aos empreendedores em regime de concessão por períodos mínimos de 35 anos ao preço mínimo de 0,75 euros/ m<sup>2</sup>.
- Estima-se que o valor das infraestruturas da responsabilidade da Bucan será de aproximadamente de 40 milhões de euros.
  - A Bucan obriga-se a pagar a SDTIBM como adiantamento por conta de vendas futuras, o montante global de 7 477 850 euros (mCVE 824 545), tendo a última parcela de 1 416 117 euros (mCVE 156 148) sido recebida em 2016.
  - A Bucan disponibilizou a SDTIBM o montante de 7 000 000 euros a título de financiamento para a construção das rodovias de ligação entre o Aeroporto Internacional de Boavista e a Santa Mónica – Lacação e o radial que liga a via estruturante ao Empreendimento (ver Nota 17).

### **The Resort Group PLC (TRG)**

Os principais termos e condições do Protocolo celebrado entre as partes em Agosto de 2011 e respetiva adenda em Outubro de 2012, resumem-se como segue:

- A SDTIBM disponibilizou à TRG uma área de 77,39 hectares de terrenos, localizada na ZDTI de Santa Mónica – Porto de Santa Mónica, para desenvolvimento de um Empreendimento turístico, compreendendo um Hotel Marina e 6 Resorts, pelo preço global de 39 535 662 euros, mediante opções de compra parcelares ou na sua globalidade.
- O Hotel Marina será objeto de um acordo de intenção, no âmbito do Protocolo referido acima, nos termos do qual serão definidos que a construção, gestão e exploração da Marina ficarão a cargo da TRG e com uma Concessão de exploração em regime de exclusividade, por um período mínimo de 50 anos.
- A execução e implantação dos seis Resorts serão efetuadas de forma faseada, não obedecendo a uma ordem, devendo, no entanto, cada um dos Resorts ser concluído nos seguintes prazos: Fase A – Setembro de 2016, o

## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

que não aconteceu; Fase B – Setembro de 2019; Fase C – Setembro de 2021; Fase D – Setembro de 2024; Fase E – Setembro de 2026 e Fase F – Setembro de 2028. Caso a TRG não exerça o direito de opção de compra em relação a uma parcela até à data de conclusão da fase anterior, a SDTIBM fica desvinculada de qualquer obrigação perante a mesma, podendo livremente negociar as demais parcelas.

- A TRG obriga-se a fazer o pagamento do adiantamento de 4 000 000 de euros em duas parcelas iguais, tendo a última parcela vencido e paga em junho de 2012. Mediante o exercício de opção de compra a TRG pagará a contraprestação da parcela do terreno adquirido em quatro prestações iguais, sendo a primeira com a assinatura da escritura pública de compra e venda e o remanescente após 12, 21 e 30 meses, respetivamente, após a assinatura da referida escritura pública. O incumprimento dos pagamentos das referidas prestações confere à SDTIBM o direito de exercer o direito de reversão;
- A TRG obriga-se a executar a infraestruturização de redes de estradas, energia, água e saneamento, abrangendo a área de ligação ao Empreendimento, numa extensão de 6 037 metros. As condições para a realização da infraestruturização serão objeto de um acordo específico, ainda não assinado entre as partes;
- O fornecimento dos serviços de infraestruturas primárias será garantido pela SDTIBM. Em caso de dificuldade nesse fornecimento, a SDTIBM autorizará, mediante um acordo específico a assinar entre as partes, a TRG a instalar infraestruturas de produção provisórias, cujo direito de propriedade será posteriormente revertido à SDTIBM, sendo o custo total das infraestruturas deduzido dos pagamentos relativos ao preço global do Empreendimento.

A redução do saldo em mCVE 132 174 corresponde ao valor regularizado por contrapartida de da rubrica de Clientes (ver Nota 10).

### **Mendes & Mendes**

O saldo corresponde ao adiantamento efetuado no âmbito do contrato de compra e venda assinado entre a SDTIBM e o promotor “Mendes & Mendes” em maio de 2013, para a compra de um lote de terreno de 6 615 m<sup>2</sup>, localizada na ZDTI de Chaves ao preço total de mCVE 11 445. O rédito da venda será registado no momento da transferência da posse de terreno que ocorrerá com o pagamento da última prestação, vencido, entretanto em dezembro de 2013.

### **Paraíso Boa Vista**

Os principais termos e condições do Protocolo celebrado entre as partes em Abril de 2016 resumem-se como segue:

## SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

- A SDTIBM disponibilizou um tracto de terreno com uma área de 99,6 hectares na ZDTI de Chave para construção de um resort de cinco estrelas e um campo de golfe, em regime de exploração hoteleira;
- Paraíso Boa vista obriga-se a desenvolver o projecto de empreendimento de um hotel de cinco estrelas e um Club House na area cedida em regime de subconcessão. O Empreendimento será desenvolvido em duas fases, sendo a primeira no periodo compreendido entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2019, e a segunda entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2035.
- O preço global negociado de compra e venda é de mECV 4 313 556, dos quais serão deduzidos os valores de indemnização acordada de mECV 754 257 e dos descontos praticados de mECV 862 712, o que perfaz o valor da venda efectiva de mECV 2 696 587.
- O valor global da indemnização negociado foi feito no âmbito do processo judicial intentado pela PBV e o segundo autor, Giannino Mariani (Ação Declarativa n.º 24/2010).
- PBV obriga-se a pagar o preço de venda efectiva de forma parcelada, sendo mCVE 628 511 em 2016, dos quais mCVE 513 245 se encontram em atraso, mCVE 155 694 em 2018 e o remanescente a partir de 2020 em 15 prestações anuais, as cinco primeiras no valor de mCVE 72 363 e as restantes 10 no valor de 155 062.
- A transmissão da posse e propriedade do terreno pode ser feita de forma faseada, mediante o pagamento integral do preço da parcela a transferir.

### NOTA 19 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

|  |       | mCVE           |                  |                |                  |
|--|-------|----------------|------------------|----------------|------------------|
|  |       | 2016           |                  | 2015           |                  |
|  |       | Corrente       | Não corrente     | Corrente       | Não corrente     |
| Credores por indemnização de terrenos              | (i)   | 76 265         | 2 813 425        | 76 265         | 2 813 425        |
| Bucan - Construções Imobiliárias                   | (ii)  | 49 827         | -                | -              | -                |
| Direcção Geral do Património e Contratação Pública | (iii) | 32 195         | 3 219 587        | 32 195         | 3 219 318        |
| Credores por acréscimos de gastos                  | (iv)  | 43 886         | 606 641          | 59 792         | 632 084          |
| Sistema  |       | 9 042          | -                | 4 135          | -                |
| Esri- Portugal                                     |       | 5 040          | -                | 10 080         | -                |
| Acréscimos de férias e encargos do pessoal         |       | 2 773          | -                | 878            | -                |
| Câmara Municipal da Boa Vista                      | (v)   | -              | -                | 11 805         | -                |
| Câmara Municipal do Maio                           | (v)   | -              | -                | 3 677          | -                |
| Águas e Energia da Boa Vista                       |       | -              | -                | 8 572          | -                |
| Outros   |       | 544            | -                | 321            | -                |
|  |       | <b>219 572</b> | <b>6 639 652</b> | <b>207 720</b> | <b>6 664 826</b> |

### **(i) Credores por indemnização de terrenos**

O saldo refere-se a indemnizações a serem pagas aos ex-possuidores de terrenos das Ilhas da Boa Vista e Maio. A estimativa das indemnizações a pagar, feita em 2010, teve como pressuposto que as mesmas incidem sobre 5% da totalidade dos terrenos, sendo o respetivo valor da indemnização fixado em mCVE 2 889 690. Desde então e até 31 de dezembro de 2016 foram pagas indemnizações, no montante total de mCVE 246 583. A parcela classificada como corrente representa o valor que a Sociedade espera pagar em 2017.

Não se encontram acordadas entre as partes quaisquer condições de pagamento do valor estimado pela Empresa, o qual tão pouco mereceu ainda a concordância expressa dos ex-possuidores, nomeadamente em termos de prazos e eventual remuneração do valor em dívida. Adicionalmente, decorrem presentemente processos em tribunal com alguns dos ex-possuidores.

### **(ii) Bucan – Construções Imobiliárias**

Valor devido à Bucan, pela venda de 20% das ações da AEB e da parcela técnica da lacação, no âmbito do protocolo assinado.

### **(iii) Direção Geral do Património e Contratação (DGPC)**

O saldo desta rubrica compreende (i) mCVE 3 188 743 referentes ao valor remanescente a pagar pela aquisição dos terrenos das ZDTI's, (ii) mCVE 38 770 resultantes de 2% sobre as vendas de terrenos, dos quais mCVE 269 em 2016 (ver Nota 25) e (iii) mCVE 24 000 referentes ao custo do terreno adquirido e cedido à AEB para a instalação da sua parcela técnica. A parcela classificada como corrente representa o valor que a Sociedade espera pagar em 2017.

Não se encontram acordadas as condições de regularização da dívida para com a DGPC, em termos de prazo e remuneração.

As dívidas serão amortizadas por encontro de contas.

### **(iv) Credores por acréscimos de gastos**

O saldo compreende, essencialmente, (i) mCVE 338 898 respeitantes ao valor estimado de gastos com infraestruturas a serem construídas pela Sociedade até 2018 no terreno vendido em 2015 a Decameron/New Horizon, valor esse considerado como custo integrante do terreno vendido (ver Nota 21) e (ii) mESC 299 389 relativos ao valor de juros vincendos no âmbito do financiamento da Caixa Económica de Cabo Verde e da Bucan (ver Nota 17) para construção da Fase II e III da Via estruturante em Boavista, por conta do Estado (ver Nota 8).



# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## (v) Câmara Municipal da Boavista e do Maio

Em 2015, Os saldos representavam o valor remanescente do Imposto Único sobre o Património (IUP) referente ao ano de 2015, entretanto liquidado em 2016. Em 2016 a Sociedade liquidou a totalidade do IUP no próprio exercício.

### NOTA 20 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 2015, compreendiam (i) a venda de um terreno com uma área de 372.270 m<sup>2</sup> à Decameron/New Horizon pelo preço de mCVE 570 166 e (ii) prestações de serviços no valor de mCVE 6 755.

### NOTA 21 - GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Em 2015, compreendiam (i) mCVE 65 267 referentes ao custo do terreno vendido à Decameron/New Horizon (ver Nota 20) e (ii) mCVE 338 897 respeitantes ao valor estimado de gastos com infraestruturas a serem construídas pela Sociedade, até 2018, no referido terreno (ver Nota 18 (v)).

### NOTA 22 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

|                             |      | mCVE          |               |
|-----------------------------|------|---------------|---------------|
|                             |      | 2016          | 2015          |
| Publicidade e propaganda    | (i)  | 11 100        | 1 436         |
| Honorários                  | (ii) | 9 607         | 3 438         |
| Serviço especializados      |      | 3 926         | 7 263         |
| Deslocações e estadas       |      | 2 979         | 3 884         |
| Electricidade               |      | 2 020         | 1 229         |
| Conservação e reparação     |      | 1 334         | 3 307         |
| Comunicação                 |      | 1 071         | 1 242         |
| Vigilância e segurança      |      | 1 047         | 1 163         |
| Limpeza, higiene e conforto |      | 1 039         | 1 055         |
| Outros                      |      | 4 436         | 4 241         |
|                             |      | <u>38 559</u> | <u>28 257</u> |

- (i) O aumento verificado nos gastos com publicidade e propaganda deve-se a despesas incorridas pela Sociedade no âmbito da sua estratégia de divulgação e promoção das ilhas de Boa Vista e Maio como destinos de investimento.
- (ii) O aumento verificado deve-se a gastos com honorários de advogados relativamente aos processos judiciais em curso.

# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## NOTA 23 – GASTOS COM O PESSOAL

|  | mCVE          |               |
|--|---------------|---------------|
|  | 2016          | 2015          |
| <b>Remunerações dos Órgãos Sociais</b> |               |               |
| Ordenados                              | 13 830        | 12 931        |
| Subsídio de comunicação                | 956           | 983           |
| Subsídio de combustível                | 340           | 340           |
| Subsídio de renda                      | 1 814         | 1 767         |
| Subsídio de Natal                      | -             | -             |
|  | <b>16 940</b> | <b>16 021</b> |
| <b>Remunerações do Pessoal</b>         |               |               |
| Vencimentos                            | 18 952        | 18 639        |
| Subsídio de renda                      | 2 205         | 2 100         |
| Subsídio de Natal                      | 1 421         | 1 390         |
| Subsídio de férias                     | 1 421         | 1 122         |
|  | <b>23 998</b> | <b>23 251</b> |
| <b>Outros Gastos com Pessoal</b>       |               |               |
| Indemnizações                          | 385           | 1 350         |
| Encargos sobre remunerações            | 4 926         | 4 835         |
| Outros                                 | 1 997         | 2 240         |
|  | <b>7 307</b>  | <b>8 425</b>  |
|  | <b>48 245</b> | <b>47 696</b> |
| <br>                                   |               |               |
| Número médio de empregados             | <u>18</u>     | <u>18</u>     |
| Número de empregados no final do ano   | <u>18</u>     | <u>18</u>     |

## NOTA 24 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

|                                    |      | mCVE           |               |
|------------------------------------|------|----------------|---------------|
|                                    |      | 2016           | 2015          |
| Alienações de terrenos             | (i)  | 99 038         | -             |
| Rendas e outros rendimentos        |      | 2 039          | 3 329         |
| Correções de exercícios anteriores | (ii) | -              | 25 848        |
| Outros rendimentos                 |      | 114            | 472           |
|                                    |      | <b>101 191</b> | <b>29 649</b> |

- (i) Corresponde à mais valia com a venda de duas parcelas do terreno (Lacação e Chaves) à AEB (ver Nota 4).
- (ii) Em 2015, compreendia à anulação, por prescrição, da retenção na fonte de imposto efetuado sobre operações com entidades estrangeiras em 2007.

# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

## NOTA 25 – OUTROS GASTOS E PERDAS

|   | mCVE          |               |
|---|---------------|---------------|
|   | 2016          | 2015          |
| Imposto Único sobre o Património  | 21 873        | 25 413        |
| Investimentos necessários para a integração turística de Boa Vista e Maio | 15 200        | 10 461        |
| Imposto de selo   | 4 860         | 2 419         |
| Comissão de vendas de terrenos (2%) a favor de DGPCP                      | 269           | 11 403        |
| Outros  | 642           | 112           |
|   | <b>42 844</b> | <b>49 808</b> |

N

Nota 26 – Juros e ganhos similares

O saldo desta rubrica incluía, essencialmente, juros recebidos de financiamento à AEB.

## NOTA 27 – JUROS E PERDAS SIMILARES

O saldo desta rubrica inclui, essencialmente, juros de financiamentos bancários no montante de mCVE 37 691 (2015: mCVE 29 217) (ver Nota 18).

## NOTA 28 – IMPOSTO SOBRE RENDIMENTOS E IMPOSTOS DIFERIDOS

Conforme referido na Nota 1.15, com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Os prejuízos acumulados referentes aos exercícios de 2014 a 2016 ascendem a mCVE 307 966, e os correspondentes impostos diferidos ativos a mCVE 76 991, os quais não foram registados devido à imprevisibilidade na sua recuperação.

O saldo de mCVE 220 (2015: mCVE 176) corresponde à tributação autónoma.

## NOTA 29 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número de ações, como segue:

# SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016

|   | mCVE       |         |
|---|------------|---------|
|   | 2016       | 2015    |
| Resultado atribuível aos accionistas (mCVE) | ( 170 169) | 29 019  |
| Nº de acções                                | 241 409    | 241 409 |
| Resultado por acção básico (CVE)            | ( 705)     | 120     |

## NOTA 30 - GARANTIAS

As restantes garantias prestadas pela Sociedade relacionam-se com financiamentos bancários obtidos e encontram-se descritos na Nota 17.

## NOTA 31 – PARTES RELACIONADAS

(i) Os principais saldos e transações ocorridas em 2016 e 2015 entre a Sociedade e partes relacionadas sumarizam-se nos quadros seguintes (em mCVE):

|                              | 2016                                     |  |   |  |   |   |
|------------------------------|--|--|---|--|---|---|
|                              | Balanco                                  |  |   | Demonstração de resultados                     |   |   |
|                              | Acionista<br><small>(ver Nota 8)</small> | Contas a receber<br><small>(ver Nota 12)</small> | Out. ativos financeiros<br><small>(ver Nota 13)</small> | Contas a pagar<br><small>(ver Nota 19)</small> | Outros Ganhos<br><small>(ver Nota 24)</small> | Outras Perdas<br><small>(ver Nota 25)</small> |
| Estado de Cabo Verde         | 364 862                                  | -  | -   | 3 251 513                                      | -   | 269   |
| Município da Boa Vista       | 32 510                                   | -  | -   | -  | -   | -   |
| Município do Maio            | 72 131                                   | -  | -   | -  | -   | -   |
| Águas e Energia da Boa Vista | -  | 135 578  | 219 758   | -  | 99 038  | -   |
|                              | <b>469 502</b>                           | <b>135 578</b>                                   | <b>219 758</b>  | <b>3 251 513</b>                               | <b>99 038</b>                                 | <b>269</b>                                    |

|                        | 2015                                     |  |   |  |   |   |
|------------------------|--|--|---|--|---|---|
|                        | Balanco                                  |  |   | Demonstração de resultados                     |   |   |
|                        | Acionista<br><small>(ver Nota 8)</small> | Contas a receber<br><small>(ver Nota 12)</small> | Out. ativos financeiros<br><small>(ver Nota 13)</small> | Contas a pagar<br><small>(ver Nota 19)</small> | Outros Ganhos<br><small>(ver Nota 24)</small> | Outras Perdas<br><small>(ver Nota 25)</small> |
| Estado de Cabo Verde   | 353 559                                  | -  | -   | 3 251 513                                      | -   | 11 403  |
| Município da Boa Vista | 17 433                                   | -  | -   | 11 805   | -   | -   |
| Município do Maio      | 60 035                                   | -  | -   | 3 677  | -   | -   |
|                        | <b>431 027</b>                           | -  | -   | <b>3 266 995</b>                               | -   | <b>11 403</b>                                 |

- (i) Não existem transações com os Administradores.
- (ii) As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de Gastos com o pessoal ascendem a mESC 16 940 (2015: mESC 16 020).

## NOTA 32 – RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUIDOS NO BALANÇO

Referem-se, essencialmente, aos Protocolos assinados com os promotores, conforme descritos na Nota 15.

Em 2015, incluía ainda a cedência de crédito bancário à Decameron, no âmbito do acordo de pagamento de desconto de crédito de compra e venda de terreno e

## *SDTIBM – RELATÓRIO E CONTAS 2016*

domiciliação de receitas, assinado entre a SDTIBM, a Decameron e o Ecobank, entretanto cessada em dezembro de 2016..

### *NOTA 33 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS*

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais.

### *NOTA 34 – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES*

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou outro acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

